



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA

CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS

COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

CONHECENDO OS REBATIMENTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA NA VIDA  
DAS MULHERES IDOSAS DE SÃO GONÇALO DOS CAMPOS - BA

ELIENE BARBOSA MACHADO

Cachoeira –BA

2013

ELIENE BARBOSA MACHADO

CONHECENDO OS REBATIMENTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA  
DAS MULHERES IDOSAS DE SÃO GONÇALO DOS CAMPOS - BA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade  
Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, para obtenção do grau  
de Bacharel em Serviço Social.

Valéria Miranda dos Santos Noronha

Orientadora

Cachoeira – BA

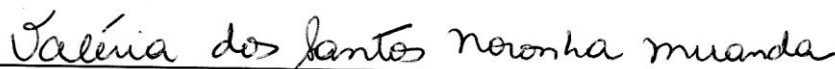
2013

ELIENE BARBOSA MACHADO

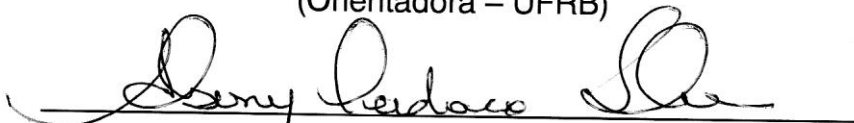
Conhecendo os rebatimentos do Programa Bolsa Família na vida das mulheres  
idosas de São Gonçalo dos Campos-Ba.

Cachoeira – BA, aprovada em 25/10/2013.

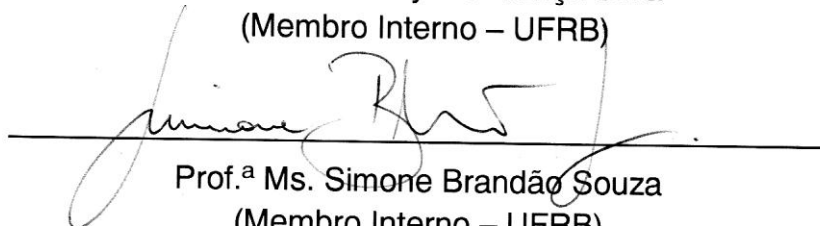
BANCA EXAMINADORA



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Valéria dos Santos Noronha Miranda  
(Orientadora – UFRB)



Prof.<sup>a</sup> Ms. Albany Mendonça Silva  
(Membro Interno – UFRB)



Prof.<sup>a</sup> Ms. Simone Brandão Souza  
(Membro Interno – UFRB)

## AGRADECIMENTOS

### AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a DEUS, pai supremo, por todas as bençãos, mais em especial pela força, perseverança, sabedoria, saúde que me destes cotidianamente alcançar este objetivo.

À minha família por toda compreensão e incentivo em toda minha trajetória acadêmica.

A meus filhos Guilherme e Vitor, minha fonte de inspiração para a concretização dessa caminhada.

.A minha amada orientadora Valéria Noronha pela confiança, incentivo, ajuda constantes.

Aos componentes da banca Albany Mendonça e Simone Brandão pelas pertinentes contribuições para a concretização desse trabalho.

A Equipe CRAS, em especial amiga e orientadora de Campo Liz Claudia pelos diversos aprendizados e ter me ajudado nas etapas da pesquisa.

Às queridas idosas participantes da pesquisa, pela paciência e contribuição para o alcance desse objetivo .

A todos mestres e colegas de turma em especial Eliane e Chirlene pelo múltiplos aprendizado, amizades que serviram para meu melhoramento enquanto pessoa e profissional.

A meus amados amigos, Leidy e Angelo pelo incentivo, confiança e paciência, choros e risos dessa longa e difícil caminhada.

Por fim, agradeço a todos que se fizeram presentes e acreditaram nessa vitória, o meu Muito Obrigada!!!!

## DEDICATÓRIA

“... mire veja o mais importante e bonito do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas- mas que elas vão sempre mudando.”

Guimarães Rosa

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso possui como proposta central conhecer os rebatimentos do PBF na vida das mulheres idosas no Município de São Gonçalo dos Campos – Ba. O estudo resgata a importância dos programas de transferência de renda, em especial o Bolsa Família, realizando inicialmente um resgate histórico para a compreensão e significado de tais programas no contexto da proteção social brasileira, pontuando as transformações sociais, políticas e econômicas e seus rebatimentos na sociedade contemporânea. Ainda, aponta a trajetória histórica da assistência até a constituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), abordando a potencialidade do PBF no atual contexto da Proteção Social do Brasil com a pretensão de brevemente contemplar considerações acerca das dimensões de classe, gênero, raça e geração no que tange às usuárias deste programa em específico. A pesquisa foi de caráter qualitativa, realizada por meio de entrevistas com roteiro semi- estruturado com doze(12) idosas beneficiárias do Programa Bolsa Família em São Gonçalo dos Campos. Contudo, para contemplar o principal objetivo deste trabalho foram feitas as análises dos resultados da pesquisa de campo com a adoção da técnica de análise de conteúdo, tendo em vista o perfil socioeconômico e os efeitos do Programa Bolsa Família na vida dessas mulheres.

Palavras chaves: Sistema de Proteção Social. Programa de Transferência de Renda. Bolsa Família. Idoso.

## ABSTRACT

This work of completion has as central proposal meet the GMP repercussions on the lives of elderly women in São Gonçalo dos Campos - Ba . The study will delineate the importance of income transfer programs , especially the Bolsa Familia, performing initially for a historical understanding and meaning of such programs in the context of Brazilian social protection , pointing out the social, political and economic conditions and their repercussions on contemporary society . Also points out the historical trajectory of assistance to the establishment of the Unified Social Assistance (SUAS ) , addressing the potential GMP in the current context of Social Protection in Brazil with the intention to briefly contemplate considerations about the dimensions of class, gender , race and generation in relation to this program to specific users . The research was qualitative in nature , conducted through interviews with semi-structured with twelve ( 12 ) elderly beneficiaries of assistance family in São Gonçalo dos Campos . However , to contemplate the aim of this work was done the analysis of the results of field research with the adoption of the technique of content analysis , considering the socio-economic and the effects of the assistance family Program in the lives of these women.

Keywords: Social Protection System. Transfer Program Reda. assistance family. Elderly.

## LISTA DE SIGLAS

BF- Bolsa Família

BPC- Benefício de Prestação Continuada

CAPS- Centro Atendimento Psicossial

CAPs- Caixas de Aposentadorias e Pensões

CF- Constituição Federal de 1988

CLT- Consolidação das Leis do Trabalho

CRAS- Centro de Referência da Assistência Social

CREAS-Centro de Referência Especializado de Assistência Social

EBES- Estado de Bem – Estar Social

FGTS- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FHC- Fernando Henrique Cardoso

FUNABEM- Fundação Nacional de Bem Estar do Menor

IAPs- Institutos de Aposentadorias e Pensões

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INPS– Instituto Nacional de Previdência Social

LBA- Legião Brasileira de Assistência

LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MPAS- Ministério da Previdência e Assistência Social

NASF- Núcleo de Apoio a Saúde da Família

NOB - Norma Operacional Brasileira

ONGS- Organização Não Governamental

PAIF- Programa de Atenção Integral à Família

PBF- Programa Bolsa Família

PETI- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil



PIASS- Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados

PNAD- Programa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAS- Política Nacional de Assistência Social

PROFILURB- Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados

RMV- Renda Mensal Vitalícia

SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI- Serviço Social da Indústria

SESP- Serviço Especial de Saúde Pública

SISAN- Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SUAS- Sistema Único de Assistência Social

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - População residente em São Gonçalo dos Campos.....	66
Figura 2 - Setor econômico.....	67
Figura 3 - Mercado de trabalho.....	68
Figura 4 - Postos de Trabalho.....	69
Figura 5 - Despesas Municipais.....	70

## LISTA DE TABELAS

Quadro 1 - Faixa etária.....	75
Quadro 2 - Escolaridade das Idosas.....	76
Quadro 3 - Raça/Cor .....	77
Quadro 4 - Estado Civil .....	78
Quadro 5 - Números de pessoas que residem com as idosas .....	78
Quadro 6 - Média de Filhos pelas idosas.....	79
Quadro 7 - Renda total da familiar .....	80

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2. O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL E OS PROGRAMAS SOCIAIS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA; O CASO DO BOLSA FAMÍLIA. ....</b>	<b>17</b>
2.1 O Estar de Bem- Estar social e suas transformações na sociedade contemporânea. .	25
2.2 A proteção Social brasileira: Da Constituição de 1988 ao SUAS. ....	29
2.3 Os programas de transferência de renda no Brasil e a potencialidade.....	34
<b>3. O PROGRAMA BF: CONSIDERANDO BREVEMENTE AS DIMENSÕES DE CLASSE, GÊNERO, RAÇA E GERAÇÃO.....</b>	<b>40</b>
3.1 Discutindo o conceito de família na contemporaneidade. ....	43
3.2 O PBF e o debate da matricialidade familiar. ....	49
3.3 As usuárias Idosas do PBF no Brasil: alguns indicadores sobre essas mulheres.....	52
<b>4 A PESQUISA: BREVE APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS. ....</b>	<b>58</b>
4.1 O Percurso metodológico; ....	59
4.2 Caracterização do município de São Gonçalo dos Campos – BA .....	62
4.3 A pesquisa de campo no âmbito do SUAS Conhecendo os rebatimentos do PBF na vida das mulheres idosas usuárias de São Gonçalo dos Campos –BA.....	69
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>82</b>
<b>6 REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....</b>	<b>84</b>

## 1. INTRODUÇÃO

No âmbito das políticas públicas, o Brasil tem atualmente um conjunto de programas sociais destacando a relevância dos programas de transferência de renda, segundo o qual o Estado deve assumir o papel decisivo no enfrentamento da pobreza. A ideia do pluralismo institucional remete o novo desenho da Assistência Social visando garantir padrões de redistribuição e proteção social no que tange à garantia dos direitos sociais, tais como: o direito de cidadania e de acesso universal.

Nessa direção, os programas de transferência monetária direta aos indivíduos ou às famílias representam atualmente o elemento central na constituição atual do Sistema Brasileiro de Proteção Social, especialmente no âmbito da Assistência Social. (cf. Silva e Silva, Yazbek e Giovanni 2008;101) Sem dúvida, Assistência Social, como política de Proteção Social, não contributiva, inserida constitucionalmente na Seguridade Social brasileira, avançou muitíssimo no país ao longo dos últimos anos, nos quais foram e vem sendo implementados mecanismos viabilizadores da construção de direitos sociais da população usuária dessa Política, conjunto em que se destacam a Política Nacional de Assistência Social - PNAS e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Corroborando com a discussão, Silva(2008) enfatiza que,

(...) os Programa de transferência de Renda representam o elemento central na constituição atual do Sistema de Proteção Social brasileiro, o que requer o desenvolvimento de um processo sistemático de seu acompanhamento e avaliação para dimensionar o real impacto desses programas, sobretudo em relação a dois aspectos centrais: possibilidades para elevar o nível de escolaridade e de saúde da população e sua efetividade enquanto política pública de enfrentamento á pobreza e a desigualdade social. (p. 30)

Tal trabalho tem a pretensão de fazer uma análise direcionada para os programas de transferência de renda no Brasil, em especial, o Bolsa Família (PB), desenvolvido pelo governo federal brasileiro desde 2003 como integrante do Programa Fome Zero. Este programa consiste na “ajuda” financeira às famílias pobres e indigentes do país, com a condição de que estas mantenham seus filhos na escola. O programa visa reduzir a pobreza a curto e em longo prazo através de transferências condicionadas de capital, que por sua vez, visa acabar com a transmissão da miséria de geração a geração. É considerado um dos principais programas de

combate à pobreza no mundo. Segundo (MDS-2013) atualmente, o Bolsa Família atende a cerca de 13,8 milhões de famílias – quase 50 milhões de pessoas. O valor médio do benefício passou de R\$ 73,70, em outubro de 2003, para R\$ 152,35 em setembro de 2013. O investimento pelo governo federal no Bolsa Família em 2013 é de R\$ 24 bilhões, o que representa apenas 0,46% do PIB.

Desta forma, o presente estudo almejou conhecer as possíveis transformações e rebatimentos do programa Bolsa Família na vida das mulheres idosas de São Gonçalo dos Campos- Ba, tendo em vista que a população brasileira vem passando por um acelerado processo de envelhecimento que exige do Estado a oferta de serviços e benefícios capazes de lhes assegurar direitos sociais fundamentais nas diversas áreas de políticas públicas, dentre elas: saúde, educação, assistência, transporte, lazer, outras. É sabido que esta fase da vida demanda cuidados específicos, que requer a implementação de políticas públicas eficientes intersetorializadas entre as diversas instâncias estatais e a sociedade civil para que se possam efetivar direitos desse segmento populacional. Ainda, torna-se necessário frisar os motivos pelos quais escolhi problematizar tal temática de estudo. A minha inserção como estagiária no campo da assistência social no município de São Gonçalo dos Campos e também a minha condição de residente da cidade em questão possibilitaram provocar inquietações com relação à vida das mulheres idosas e usuárias de programas sociais, especificamente o Bolsa-Família.

Cabe ressaltar, que a condição social da pessoa idosa, especialmente do idoso pobre passou a ser alvo de intervenção na área das políticas públicas, a partir da década de 80, especialmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando introduziu um novo padrão de proteção social de direitos sociais com a implementação do Sistema de Seguridade Social.

A postura metodológica que orienta este estudo é de natureza qualitativa, mediante levantamento bibliográfico, documental, pesquisa de campo com organização e sistematização das informações, elegendo a técnica de entrevista com roteiro semiestruturado para analisar os rebatimentos do Programa Bolsa Família na vida das mulheres Idosas em São Gonçalo dos Campos- Bahia. Vale ressaltar, que os sujeitos da pesquisa são as usuárias do programa no âmbito da Assistência Social.

O estudo está dividido em três(3) capítulos: O primeiro capítulo contém uma visão geral sobre o processo histórico acerca do desenvolvimento dos Sistemas de Proteção Social, em especial, no Brasil, no intuito de situar os Programa Transferência de Renda no contexto das grandes transformações socioeconômicas ocorridas a partir da década de 1980. Ainda neste contexto, é abordada a Proteção Social brasileira a partir da Constituição de 1988, no

qual representa uma nova arquitetura institucional, ética, política pois “Trata-se de uma mudança qualitativa na concepção de proteção que até então vigorou no país”. (Sposati, 2009: 19).

Assim sendo, a noção Seguridade Social brasileira emerge como um sistema de cobertura de diferentes contingências sociais que podem alcançar a população em seu ciclo de vida, sua trajetória laboral e em situações de renda insuficiente. Trata-se de uma cobertura social que não depende do custeio individual direto. Destaca-se nessa cobertura a Assistência Social como expressão plenamente inovadora no âmbito da Proteção Social não contributiva, pelo reconhecimento de direitos de seus usuários nos marcos jurídicos da cidadania. Nesse sentido, amplia o processo civilizatório da sociedade brasileira. Contudo, apesar do exposto, o primeiro capítulo finda com a discussão acerca Sistema Único de Assistência Social – SUAS e a potencialidade do Programa Bolsa Família na atual conjuntura.

O segundo capítulo, está diretamente relacionado ao debate da interseccionalidade no Programa Bolsa Família considerando a dimensão de classe, gênero e geração, destacando a importância da Família na contemporaneidade, dando ênfase à discussão da matricialidade familiar e por fim é apresentado um breve panorama acerca de alguns indicadores relacionados às mulheres idosas usuárias do Programa Bolsa Família no Brasil.

Por meio da matricialidade familiar, como eixo estruturante, o atendimento na Política de Assistência Social passa a ter a centralidade na família e seus membros. Esta nova concepção segue a tendência das transformações na sociedade e a grande pressão que o processo de exclusão sociocultural produz sobre as famílias, acentuando suas fragilidades. Assim, Vanzetto (2005)

é fundamental a centralidade da família no âmbito das ações da política de assistência social, como meio insubstituível de proteção e socialização primária, provedora de cuidados de seus membros, mas que também precisa ser cuidada e protegida. A matricialidade sociofamiliar passa a ter centralidade no Sistema Único de Assistência Social devido ao intenso processo de penalização das famílias, que estão cada vez mais vulnerabilidades. (p. 6).

O terceiro capítulo trata da metodologia utilizada na pesquisa de campo, apresentação do estudo qualitativo realizado em São Gonçalo dos Campos- Bahia e posteriormente apresentação dos principais resultados obtidos.

As informações obtidas na pesquisa foram colhidas por meio de questionário semiestruturado do tipo informativo com moradoras beneficiárias do Programa Bolsa Família, sendo que o foco são as mulheres idosas beneficiárias do Programa Bolsa Família.



## 2. O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL E OS PROGRAMAS SOCIAIS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA; O CASO DO BOLSA FAMÍLIA.

A Proteção Social é um termo amplo, histórico, que remota aos primórdios da civilização no qual constituem sistemas de proteção social ou formas, segundo Giovanni(1998)

às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas – que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio e as privações. (pg.10).

Assim percebe-se, que desde o desenvolvimento da sociedade, os indivíduos sempre procuravam maneiras diversas de proteger seus membros, independente do tipo organização social. Contudo no âmbito da sociedade capitalista que os sistemas de proteção adquire uma forma institucionalizada tendo em vista o modo de produção vigente. Corroborando com a ideia afirma, (DRAIBE, 1993) que a constituição dos sistemas de proteção social estão diretamente associados, aos diferentes modelos de organização e gestão do trabalho e aos diferentes processos de reprodução das relações sociais, que tem por especial agente o Estado. Assim, no modelo societário de economia de mercado, os sistemas de proteção social estão organizados de maneira a também contribuírem com a eficácia das metas de estabilidade macroeconômica, com as transformações produtivas orientadas ao crescimento sustentado e com a equidade social.

Apesar das variações históricas e culturais, é preciso não perder de vista que é no início da industrialização, quando a questão social<sup>1</sup> se explicita pela primeira vez, que se transformam radicalmente os mecanismos de proteção social dos indivíduos desenvolvidos até então, principalmente pelas famílias, ordens religiosas e comunidades, por meio de regimes de obrigações pessoais. Segundo, Sposati, (2009:21) o sentido de Proteção supõe antes de tudo, um caráter preservacionista e de defesa da vida, dos direitos humanos e sociais e da dignidade humana.

---

<sup>1</sup> A questão social entendida enquanto conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos (Iamamoto,p.54, 2000).

O desenvolvimento desigual da indústria e da organização dos trabalhadores nos países determinou que o início da participação do Estado ocorresse em diferentes momentos. Dessa forma, os sistemas de proteção social se constituem em expressões concretas da presença de uma esfera pública, reguladora das condições necessárias ao desenvolvimento do processo de acumulação do capital.

A ideia de proteção social firma-se a partir de finais do século XIX, com o advento da industrialização e das relações trabalhistas, e especialmente na Inglaterra, França e Alemanha, isto é, com a emergência das organizações sindicais e políticas dos trabalhadores no capitalismo ocidental. No entanto, a generalização de medidas de Seguridade Social no capitalismo firma no período posterior à Segunda Guerra Mundial, no qual assiste-se a singular experiência da construção do Welfare State ou Estado Social.

Contudo, é no século XX, especificamente a partir da crise econômica de 1929, diante das ideias de Keynesiana, que ampliam-se as políticas sociais e tem início a experiência histórica de um Estado intervencionista que vai efetivar um pacto entre interesses do capital e dos trabalhadores: o chamado consenso pós- guerra. Segundo, Viana (2008)

(...) os modernos sistemas de proteção social no século XX surgiram para atenuar as diferenças sociais criadas pelo livre funcionamento dos mercados e causa da produção de desigualdades. A forma criada para proteger os cidadãos desses movimentos de produção de desigualdades e de insegurança social foi a assunção pelo Estado, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, do financiamento e provisão de um grande número de bens e serviços que os cidadãos não poderiam acessar única e exclusivamente pela renda obtida pelo trabalho, ou quando sem trabalho necessitassem desses bens. (p. 647)

Nessa direção, as políticas keynesianas buscam gerar pleno emprego, criar políticas e serviços sociais tendo em vista a criação de demanda e a ampliação do mercado de consumo. Assim o Estado de Bem Estar, afirma Pereira (2008)

[...] com suas políticas; seu aparato institucional, suas justificações teóricas e ideológicas e seu acervo técnico profissional é parte integral do sistema capitalista. Isso que dizer que ele, como um complexo moderno de proteção social, ancorado nos conceitos de seguridade e cidadania social (...) tem a ver com os rumos adotados pelo sistema capitalista, que deixou de ser liberal, nos anos de 1940, por uma questão de sobrevivência, para ser temporariamente regulado. (p.87).

Nessa perspectiva, as modalidades de regulação social passaram a atender às necessidades da classe trabalhadora e a fortalecer o paradigma de acumulação capitalista fordista/taylorista, formatando assim as bases de constituição do sistema de proteção social assentado no "desenvolvimento" e "bem-estar" que se consolidou, em especial, a partir da experiência do sistema de seguridade social, implantado na Inglaterra (1942), sob a coordenação de William Beveridge<sup>2</sup>, que propunha a unificação do sistema de proteção social, contemplando, além de políticas de aposentadoria, saúde e educação voltadas aos trabalhadores formais, políticas de atendimento aos desempregados, inválidos, crianças e idosos.

O Estado de Bem Estar Social, apesar de se expressar em diferentes tipos, caracterizou-se pela responsabilidade do Estado pelo bem estar de seus membros, como afirma Silva (2004: 56), “Trata-se de manter um padrão mínimo de vida para todos os cidadãos, como questão de direito social, através de um conjunto de serviços provisionados pelo Estado, em dinheiro ou em espécie” ou seja, dispõe sobre a intervenção do Estado no processo de reprodução e distribuição da riqueza, para garantir o bem estar dos cidadãos.

É válido ressaltar que a proteção social como política social de Estado, emerge sob determinadas condições históricas, e adquire diferentes formas, a depender da trajetória econômica e política do desenvolvimento do capitalismo e das lutas dos trabalhadores em cada realidade social. Dessa forma, nos países capitalistas, foram criados amplos e universais sistemas de proteção públicos enquanto nos países periféricos, como é o caso do Brasil, desenvolveu-se um sistema de proteção social estruturado na assistência social<sup>3</sup> aos pobres e a previdência social aos assalariados.

O desenvolvimento da proteção social no Brasil, emerge a partir das vicissitudes advindas da vida em sociedade e do desenvolvimento técnico industrial no país. Com a emergência do processo de industrialização temos: - de um lado, a incorporação por parte da fábrica, de alguns mecanismos na esfera da reprodução social, como criação de vilas operárias, neste sentido Costa(1993), corroborando com a discussão,

recriando velhos mecanismos de proteção e dependência. Serviços de apoio material e social prestados em torno da fábrica irão ensaiar a superação da

---

<sup>2</sup> (...) Willian Beveridge foi o Coordenador do Relatório ou informe Beveridge sobre o Seguro Social e Serviços Afins ( Reporto on Social Insurance and Allied Services) publicado em 1942. Esse relatório propunha uma completa revisão do esquema de proteção social existente na Grã-Bretanha, o qual, embora entre 1920 a 1930 contemplasse esquemas de pensões, saúde e seguro – desemprego. Pereira(2009,93)

lógica do trabalho por conta própria, aprimorar a cultura do trabalho e fornecer elementos para uma nova socialização dos trabalhadores. (p.50)

De outro lado, observa-se a da construção de um sistema de proteção social no Brasil, que tem início em 1923 com a Lei Eloi Chaves, uma legislação precursora de um sistema protetivo na esfera pública, com as Caixas de Aposentadorias e Pensões<sup>4</sup> (CAPs).

Mas, a existência de um efetivo sistema de proteção social no Brasil emerge a partir das transformações políticas e econômicas dos anos 1930 e se efetiva nos anos 70, após alterações das bases produtivas da economia agrário-exportadora para urbano-industrial que aparecem as primeiras configurações de políticas sociais definidas pelo Estado, que viriam a definir o sistema de proteção social brasileiro, especialmente na década de 1970, quando já está consolidado a matriz econômica nacional de base industrial.

Em 1930, observa-se no cenário nacional, a criação de um conjunto de iniciativas no âmbito das políticas sociais, como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT 1943), o Salário Mínimo, a valorização da saúde do trabalhador e outras medidas de cunho social, embora com caráter controlador e paternalista. Com essas medidas, o Estado objetivava manter a estabilidade, administrando a questão social, buscando diminuir desigualdades e garantir alguns direitos sociais, embora o país não tenha alcançado a institucionalidade de um Estado de Bem Estar Social, pois as peculiaridades da sociedade brasileira, de sua formação histórica pesaram fortemente nesse processo de construção de uma modernidade democrática. Neste sentido, afirma Behring e Boschetti (2008),

Em 1930, foi criado o Ministério do Trabalho, e em 1932, a Carteira de Trabalho, a qual passa a ser o documento da cidadania no Brasil: eram portadores de alguns direitos aqueles que dispunham de emprego registrado em carteira. Essa é uma das características do desenvolvimento do Estado social brasileiro: seu caráter corporativo e fragmentado, distante da perspectiva da universalização de inspiração Beveridgiana. (p.106).

---

<sup>4</sup> Segundo Behring, Boschetti (2008,80), O ano de 1923 é a chave para a compreensão do formato da política social brasileira no período subsequente: aprove-se a Lei Eloy Chaves, que institui a obrigatoriedade da criação de Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) para algumas categorias estratégicas de trabalhadores, a exemplo dos ferroviários e marítimos, dentro outros. (...) Naquele momento, o Brasil tinha uma economia basicamente fundada na monocultura do café voltada para a exportação – eis aqui a base da heteronomia – produto responsável por cerca de 70% do PIB nacional. Por isso os direitos trabalhistas e previdenciários foram reconhecidos para aquelas categorias de trabalhadores inseridos diretamente nesse processo de produção e circulação de mercadorias.

Durante essa década são criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), na lógica do seguro social, em que o Estado começa a se colocar enquanto interventor na proteção social, em resposta a algumas reivindicações da classe trabalhadora sem sacrificar a lucratividade do capital. Os IAP'S cobriam os riscos relacionados ao ciclo de vida (velhice, doença, morte, invalidez), e também os serviços de assistência médica, pensões e auxílio doença. A ideia de proteção social fundamentava-se num conceito designado por Santos (1994) de cidadania regulada<sup>5</sup>, ou seja a um código de valores que vinculavam o pertencimento social e a cidadania a uma inserção no mercado de trabalho formal em que o acesso aos serviços e benéficos era restrito a determinada categoria profissional. Em 1937, houve a implantação da ditadura Vargas no país, conhecido com Estado Novo (1937-1945), no qual segundo, Carvalho (2002, p.109) “ (...)o país viveu sob um regime ditatorial civil, garantido pelas forças armadas, em que manifestações políticas eram proibidas, o governo legislava por decreto, a censura controlava a imprensa, os cárceres se enchiam de inimigos do regime.” Ao mesmo tempo, evidencia ampliação de medidas de proteção ao trabalhador e a intervenção no movimento sindical através de uma legislação que objetivava impedir a autonomia das organizações e da classe trabalhadora, que já conquistava espaço no cenário político.

Neste quadro foram organizados e consolidados entre as décadas de 1930 e 1940, como parte do processo mais geral de construção do Estado moderno, intervencionista e centralizador, a implementação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), a Fundação Leão XIII, o Ministério da Educação e Saúde, do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Em 1945 o país volta ao regime democrático, conservando características do populismo do período ditatorial de Vargas - o paternalismo, o clientelismo, o mascaramento da desigualdade social e o apadrinhamento, que visava o envolvimento ideológico da sociedade civil para a integração entre as classes antagônicas. Nessa direção adverte Behring e Boschetti (2009)

(...) Em 1945, após 15 anos no poder, Getúlio Vargas caiu, abre-se um novo período no país, de intensas turbulências econômicas, políticas e sociais. Afinal, o Brasil tornou-se um país mais urbanizado, com uma indústria de base significativa, apesar de a vocação agrário- exportadora permanecer for-

---

<sup>5</sup> O conceito de "cidadania regulada", é eloquente ao explicitar que o aparecimento de direitos de cidadania no Brasil obedece não a uma lógica de adoção de um código de valores políticos universalistas, mas à de um sistema social estratificado, no qual esses direitos comparecem com o objetivo principal de mediar o conflito, por vezes insustentável, entre imperativos da acumulação capitalista e anseios de equidade . Santos(1994)

te, e com um movimento operário e popular mais maduro e concentrado, com uma agenda de reivindicações extensa (p.109)

Neste cenário, verifica-se o crescimento da população urbana formada pelo proletariado industrial e também por trabalhadores não integrados ao setor industrial, empregados dos serviços públicos, operários de pequenas oficinas e do setor terciário, trabalhadores por conta própria, entre outros.

O período entre 1945 e 1964 corresponde à fase da democracia populista no Brasil, quando o autoritarismo perde espaço, porém mantém-se ainda o populismo na base da relação Estado-Sociedade. Nesse momento, investimento estatal em políticas desenvolvimentistas e a busca do crescimento econômico há um incentivo aos movimentos dos trabalhadores, permitindo uma grande organização e participação política dos movimentos sindicais. Algumas características surgidas no período de Vargas permanecem nesse período, como os benefícios limitados que constavam na legislação, uma vez que os critérios de elegibilidade dos beneficiários se davam por caráter seletivo, heterogêneo e fragmentado, excluindo grande parte da população na medida em que só eram concedidos a partir de uma prévia contribuição para o sistema.

Contudo, no início da década de 1960 acirra as contradições do capitalismo periférico trazendo consigo o golpe militar e a instalação do Estado autoritário. A opção pelo crescimento econômico acelerado, a partir de fontes de investimento externas, como base do desenvolvimento, abriu o país ao capital monopolista. O Estado amplia seu nível de intervenção, tornando-se o eixo político da recomposição do poder burguês, com a implantação de novas estratégias de desenvolvimento concentradoras de capital, intensificando o nível de exploração da classe operária. A desigualdade social se acentua em um clima repressivo e autoritário. Nesse contexto desenvolvimentista as instituições sociais direcionam seus programas para uma política de integração participativa dos mais pobres no processo de desenvolvimento nacional.

Com a instauração da ditadura militar em 1964, inicia-se uma fase de profundas alterações com relação à estrutura institucional e financeira das políticas sociais que nesse período se caracterizaram segundo, Behring e Boschetti (2009) apud Faleiros(2000),

(...) no contexto das perdas de liberdades democráticas, de censura, prisão e tortura para as vozes dissonantes, o bloco militar- tecnocrático – empresarial buscou adesão e legitimidade por meio da expansão e modernização de políticas sociais. (p.136)

Com a expansão do capitalismo monopolista ocorrem mudanças, que vão se efetivar durante as décadas de 1960 e 1970, no sentido de expansão e modernização do sistema de proteção social do país. Trata-se de um processo de modernização conservadora, pois essas mudanças não significaram uma ruptura com os padrões meritocráticos prevaletentes até então, mas nesse período, por exemplo, o INPS incorporou novos segurados, expandiu a assistência médica previdenciária e criou em 1974 a Renda Mensal Vitalícia (RMV) para idosos e inválidos com baixa renda. Ainda nesse período houve a criação de novos mecanismos de poupança compulsória através do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e posteriormente o PIS/ PASEP. Foram criados também: o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Pro Rural), o Sistema Financeiro de Habitação, os Centros Sociais Urbanos, o Programa de Interiorização de Ação de Saúde e Saneamento no Nordeste (PIASS), o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (PROFILURB) entre outros, além do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) que incluiu no novo sistema a Legião Brasileira de Assistência - LBA e a Fundação Nacional de Bem Estar do Menor – FUNABEM

O período que vai do início da década de 1970 e final da década de 1980 é marcado por políticas sociais de tipo meritocrático, atuando como mecanismo de estratificação social, na medida que implementa políticas específicas para grupos sociais diferentes, exigindo como critério de elegibilidade, a participação do indivíduo na construção do sistema, o que reforça ainda mais as desigualdades sociais. Ainda na década de 1980, com o surgimento de um rico tecido social emerge a partir da movimentos reivindicatórios urbanos, a construção de uma frente partidária de oposição, e a organização de movimentos setoriais capazes de formular projetos de reorganização institucional, temos o resgate da dívida social, que passa a ser um tema central da agenda da democracia afirma Fagnani, (2005),

Na esteira desse processo, as forças oposicionistas foram pontilhando uma extensa agenda política, econômica e social de mudanças. Na primeira metade dos anos 80, já era possível identificar os contornos de um amplo projeto de reforma de cunho nacional, democrático, desenvolvimentista e redistributivo. A construção de um efetivo Estado Social, universal e equânime, era um dos cerne desse projeto.(p.88)

Com a promulgação da Constituição de 1988 são colocadas novas bases para o atual Sistema de Proteção Social brasileiro com o reconhecimento de direitos sociais das classes subalternizadas em nossa sociedade ou seja, representa uma profunda transformação no pa-

drão de proteção social brasileiro, já que materializa, na lei maior, as pressões presentes há mais de uma década, renovando e avançando no campo dos direitos sociais.

Sendo assim, é a partir da Constituição Federal de 1988, que é instituído o conceito de seguridade social como proteção social e como um direito social, incluindo-se aí o tripé composto pela: saúde, previdência e assistência social. Segundo Fleury (2003), esta inclusão introduz a noção de direitos sociais universais como parte da condição de cidadania, direitos esses que antes eram restritos à população contribuinte da Previdência.

A dimensão da seguridade social definiu regras institucionais que definiram as condições de financiamento por fundo público e afirmaram certos critérios de universalidade para acesso aos benefícios. Esse arranjo foi viabilizado pela articulação entre a esfera governamental e a esfera privada; pelo fortalecimento dos governos municipais e estaduais na área social e pelas inovações trazida pelos programas de transferência de renda. Nesse sentido, o desenvolvimento da política social ganhou autonomia relativa em relação à política econômica sendo assumidas como prioridade a questão do combate à pobreza, à miséria e à desigualdade social.

Cabe ressaltar, que na década de 1980<sup>6</sup>, o Brasil viveu de um lado um processo de transição democrática e por outro lado, como em todos os países do mundo, os impactos da recessão econômica mundial, que pôs em xeque, dentre outras orientações, o referencial teórico keynesianista que foi o orientador dos modelos de Estados de bem-estar social.

Neste cenário de profundas mudanças do padrão de acumulação para o capitalismo financeiro, que se origina num processo de transferências de rendimentos produtivos para os operadores por meio da dívida do terceiro mundo, as exigências e imposições do capital, através de seus órgãos multilaterais, vão ser o ajuste estrutural, através de privatizações de empresas estatais e desregulamentações das economias nacionais e reforma do papel do Estado.

Dessa forma, a atual configuração do capital determina novas modalidades de reprodução da força de trabalho, ancoradas principalmente nos processos de privatização, focalização e descentralização das políticas sociais. Nesta ótica, a estratégia neoliberal de reprodução da força de trabalho consiste em implementar políticas sociais que consigam integrar os indivíduos, já que, em sua visão, o trabalho assalariado não tem mais essa capacidade. É esta perspectiva que vem determinando as tendências das políticas sociais no Brasil, que em oposição à universalização e a integração com as outras esferas da seguridade social, passando a

---

<sup>6</sup> Os anos de 1980 são conhecidos como a década perdida do ponto de vista econômico, ainda que também sejam lembrados como o período de conquistas democráticas, em função das lutas sociais e da Constituição de 1988.(...) Na entrada dos anos 80, tem –se um aprofundamento das dificuldades de formulação de políticas econômicas de impacto nos investimentos e na redistribuição de renda, não só no Brasil, mas no conjunto da América Latina . Behring e Boschetti (2009,p.138)



ser centralizadas em programas sociais emergenciais e seletivos, enquanto estratégias de combate à pobreza.

Portanto, o desenvolvimento dos programas de transferência de renda se dá em um momento em que os sistemas de proteção social estão sendo questionados em relação à viabilidade e manutenção de sua eficácia. Momento esse caracterizado pela precarização no mundo do trabalho, por dificuldades financeiras e desregulamentação do Welfare State, especialmente no Brasil que não tivemos um sistema um sistema de proteção social, e por um significativo aumento de parcela da população dependente de benefícios não contributivos, contribuindo assim para o renascimento do debate da renda mínima dentro do padrão de proteção social.

## 2.1 O Estar de Bem- Estar social e suas transformações na sociedade contemporânea.

O Estado de Bem – Estar Social (EBES) traduz uma das mais importantes conquistas da civilização ocidental. Agregando ideais de liberdade, democracia, valorização da pessoa humana e do trabalho, justiça social e bem – estar das populações envolvidas, o EBES é certamente a mais complexa, abrangente e profunda síntese dos grandes avanços experimentados pela história social, política e econômica nos últimos trezentos anos. Godinho e Lorenna (2007, p. 20).

Nessa direção, o Estado de Bem – Estar, firma-se no final do século XIX, em alguns países da Europa ocidental, em resposta a conflitos sócias adensados pelo avanço da industrialização e pelas mobilizações sociais na conquista progressiva por direitos. Caracteriza –se por garantir tipo mínimo de renda, alimentação, saúde, habitação e educação assegurados a todos os cidadãos, não como caridade e sim como direito. Traduz-se em ampliação da cobertura, em uma garantia de renda em caso de desemprego, reciclagem da mão-de-obra, e no que diz respeito às fontes de recurso, que antes eram a contribuição de empregados, empregadores e Estado, agora os recursos fiscais passam a fazer parte da receita. Conforme Vianna (1998);

(...) Mais precisamente, o risco a que qualquer cidadão, em princípio, está sujeito - de não conseguir prover seu próprio sustento e cair na miséria - deixa de ser problema meramente individual, dele cidadão, e passa a constituir uma responsabilidade social pública. O Estado de bem-estar assume a proteção social como direito de todos os cidadãos porque a coletividade decidiu pela incompatibilidade entre destituição e desenvolvimento. (p.11)

O Estado de Bem-Estar Social tem incorporada a ideia de que a sociedade se solidariza quando o indivíduo não consegue suprir seu sustento o caráter histórico e político dos sistemas de proteção social que não são apenas respostas automáticas às necessidades de diferentes sociedades. Seu apogeu se dá no período compreendido entre 1945 e 1975 – o período de ouro ou os 30 anos gloriosos, como trata a literatura especializada. É nesse período que o Estado capitalista passou a cumprir um decisivo papel regulador da economia e da sociedade e a se estabelecer como principal fonte de provisão e de financiamento do bem-estar social.

O sistema de proteção constituiu peça-chave desse período do capitalismo, pois auxiliou na implantação de uma forma particular da gestão da força de trabalho, uma das bases de acumulação fordista. Esta se caracterizava, em nível de unidade produtiva, pela estabilidade de emprego e aumento de salários reais; no plano social, pelo conjunto de garantias propiciadas pelo *Welfare State*<sup>7</sup>, o reconhecimento dos sindicatos pelo Estado como representantes legítimos da classe trabalhadora e a regulamentação do trabalho.

A incorporação de novos riscos sociais e a melhoria dos valores dos benefícios assegurados pelo *Welfare State* permitiu que o salário deixasse de ser o único elemento constitutivo da renda disponível da população assalariada. Passaram a compor o custo de reprodução do trabalhador os benefícios sociais concedidos às famílias ou ao trabalhador, tanto sob a forma de serviços como através de pensões, auxílios e reembolsos de despesas, entre outros.

Porém, a partir década de 1970 do século XX, surgem persistentes dúvidas quanto à viabilidade econômica de um Estado de Bem Estar universalista, com influência beveridgiana<sup>8</sup> e keynesiana<sup>9</sup>. A crise econômica dos anos 1970, o “choque do petróleo”, e as reestrutura-

---

<sup>7</sup> Sabe-se que o Welfare State com as suas políticas, seu aparato institucional, suas justificações teóricas e ideológicas e seu acervo técnico- profissional é parte integrante do sistema capitalista. Isso quer dizer que ele, como um complexo moderno de proteção social, ancorado nos conceitos de seguridade e cidadania social (...). Muito do que hoje se conhece do Welfare State tem a ver com os rumos adotados pelo sistema capitalista, que deixou de ser liberal, nos anos de 1940, por uma questão de sobrevivência, para ser temporariamente regulado. Pereira (2009, p.87)

Por essa perspectiva, o chamado Estado de Bem- Estar oferece sobejas evidências de que de que não é propriamente um Estado, mas um tipo histórico de sociedade que engloba diferentes esferas( produção, distribuição e consumo) e diferentes interesses( de mercado, do Estado, dos trabalhadores, dos cidadãos em geral) para lidar com fenômenos modernos fundamentais, como a formação dos Estados nacionais e sua transformação em democracia de massa; e a conversão do capitalismo em modo de produção dominante, a partir da Revolução Industrial. Pereira (2009, p.87) apud Pierson (1991)

<sup>8</sup> (...) A seguridade social, nos termos propostos por Beveridge (1943, p.165), e que se expandiu em quase toda a Europa, constituindo no núcleo central do Estado Social, instituiu prestações de substituição de renda para os momentos de perda da renda derivada do trabalho sob a lógica do seguro, mas também políticas de saúde, assistência, educação e habitação. Behring e Boschetti (2008, p.133).

<sup>9</sup> (...) O Estado, como Kenesianismo, tornou-se produtor e regulador, o que não significava o abandono do capitalismo ou a defesa da socialização dos meios de produção. Keynes defendeu a liberdade individual e a econo-

ções do processo de acumulação do capital globalizado, entre as quais as inovações tecnológicas e informacionais, que alteraram as relações de trabalho, gerando desemprego, como resultado da eliminação de postos de trabalho, são implementadas ao longo das décadas subsequentes.

O aumento da inflação, a redução do crescimento econômico, a elevada intervenção do Estado na vida econômica caracterizam esse período. As modificações do emprego estrutural, a segmentação dos trabalhadores em estruturas ocupacionais cada vez mais complexas e a expansão dos serviços trazem desestabilização da ordem do trabalho, sua precarização e insegurança à ordem do mercado e assim sendo, o sistema de proteções e garantias que se vincularam ao emprego inicia um processo de alterações, assumindo novas características.

No âmbito do Brasil, os impactos do novo paradigma teórico orientador da reforma do Estado, no sistema de proteção social, ocorreram tendo em vista dois movimentos: de um lado reformas sociais advindas da transição democrática, que favoreceram a incorporação, na Constituição Federal, do recorte das políticas sociais enquanto direitos sociais de cunho redistributivista; e de outro lado um movimento de ajustes voltados às adequações da modernização econômica e institucional do país, que em última instância retoma o caráter patrimonialista e populista do sistema de proteção social. Corroborando com discussão Mota (2010) aponta que,

[...] as políticas que integram a seguridade social brasileira longe de formarem um amplo e articulado mecanismo de proteção, adquiriram a perversa posição de conformarem uma unidade contraditória: enquanto avançam a mercantilização e privatização das políticas de saúde e previdência, restringindo o acesso e os benefícios que lhes são próprios, a assistência social se amplia, na condição de política não contributiva, transformando-se num novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social, na medida em que se transforma no principal mecanismo de proteção social. (ps.133 – 134).

Nesse cenário, foi necessário redefinir a seguridade social para adequá-la às novas necessidades do grande capital, razão maior da definição de um conjunto de prescrições – nomeadas de ajustes e reformas – particularmente nos países periféricos, como é o caso dos Latino-americanos (embora não exclusivamente), cujos principais formuladores são os organismos financeiros internacionais. Essas injunções na política social têm relação direta com os

---

mia de mercado, mas dentro de uma lógica que rompia com a dogmática liberal – conservadora da época. Behring e Boschetti (2008, p.84).

empréstimos externos, contratados para implementar pacotes que em sua grande maioria já estão prontos e com as condicionalidades definidas. No Brasil, cabe destacar as parcerias comunitárias e/ou com ONGs, a necessidade de focalizar a aplicação dos recursos nos mais pobres, os subsídios à demanda sem ampliação dos serviços públicos, o trabalho com a própria comunidade e a meta de dotar as iniciativas de auto sustentabilidade.

Embora a arquitetura da seguridade brasileira pós-1988 tenha a orientação e o conteúdo daquelas que conformam o estado de bem estar nos países desenvolvidos, as características excludentes do mercado de trabalho, o grau de pauperização da população, o nível de concentração de renda e as fragilidades do processo de publicização do Estado permitem afirmar que no Brasil a adoção da concepção de seguridade social não se traduziu objetivamente numa universalização do acesso aos benefícios sociais. Assim, Mota (2010) apud Boschetti e Salvador, esclarece

Essa nova engenharia da Seguridade Social, ao focalizar os segmentos mais pobres da sociedade, imprime um outro desenho á política de Assistência Social, principalmente porque na expansão tiveram centralidade os programas de transferência de renda. (p.134)

Podemos dizer que uma das estratégias presentes na "nova" gestão estatal da força de trabalho é incorporar o processo de precarização como inevitável, a mercantilização como fato inexorável e a subordinação do público ao privado como iniciativas complementares e parte constitutiva das novas experiências de gestão. No campo da assistência social, por exemplo, desperta nossa atenção a existência de uma hipótese explicativa da sua expansão: é a de que o trabalho teria perdido sua capacidade de integrar os indivíduos à sociedade, razão pela qual os programas de assistência social, particularmente os programas sociais de renda mínima poderiam fazê-lo em contrapartida à desregulamentação da proteção social e do trabalho. Contudo, cabe demarcar que esse cenário diferencia-se do Brasil, como foi relatado anteriormente, pois reflete a concepção de Seguridade Social.

## 2.2 A proteção Social brasileira: Da Constituição de 1988 ao SUAS.

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, no que tange à conquista dos direitos sociais, houve um avanço inegável na sociedade brasileira, pois a mesma garante através de vários artigos a participação popular em diversos espaços. Nesta conjuntura, novos caminhos surgiram para o fortalecimento e promoção da cidadania, possibilitando maior representatividade da população no controle das políticas sociais.

Nesta perspectiva, a Constituição de 1988 institucionaliza novas bases para o atual Sistema de Proteção Social brasileiro com o reconhecimento de direitos sociais das classes subalternizadas em nossa sociedade. Trata-se de uma profunda inflexão, trazendo a ampliação do campo da proteção social e dos direitos sociais, que segundo Sposati (2009):

ao afiançar direitos humanos e sociais como responsabilidade pública e estatal, essa Constituição operou, ainda que conceitualmente, fundamentais mudanças, pois acrescentou na agenda pública um conjunto de necessidades até então consideradas de âmbito pessoal ou individual.(p.13)

Assim, a noção de Seguridade supõe que os cidadãos tenham acesso a um conjunto de direitos e seguranças que cubram, reduzam ou previnam situações de risco e de vulnerabilidades sociais. Constituição Cidadã brasileira, introduziu teoricamente o referencial de universalização dos direitos e, no campo da gestão, inaugurando mecanismos de integralidade da proteção social pública na configuração da política de seguridade social (previdência, saúde e assistência social), através de um novo modelo de financiamento (fundos e orçamentos únicos) e um novo modelo de gestão pública (descentralização e criação de conselhos públicos e de direitos sociais paritários tendo em vista as esferas de governo federal, estaduais e municipais e a sociedade civil).

Desta forma, a Seguridade social brasileira surge como um sistema de cobertura de diversas contingências sociais que podem alcançar a população em seu ciclo de vida, sua trajetória laboral e em situações de renda insuficiente. Trata-se de uma cobertura social que não depende do custeio individual direto. Destaca-se nesse contexto, Assistência Social como expressão plena, no âmbito da Proteção Social não contributiva, pelo reconhecimento de direitos de seus usuários nos marcos jurídicos a cidadania. Nesse direção, como afirma Sposati (2009,

p.19). “Trata-se de uma mudança qualitativa na concepção de proteção que até então vigorou no país”.

Em relação a seguridade social, ou seja o modelo de proteção social universal, cabe destacar que emerge a partir da mobilização da classe trabalhadora organizada, que lutava pela consolidação de seus direitos. Entretanto, o resultado desse processo em especial o caso brasileiro repercutiu, principalmente na década de 1990, com forte participação da sociedade civil organizada, que numa ação conjunta com o Estado criaram mecanismos mobilizadores para a reconstrução de espaço democrático e universal.

Contudo, os mecanismos de controle democrático implementados a partir da década de 1990, foram incorporados num cenário de regressão dos direitos sociais, no qual a globalização e a mundialização do capital tem na financeirização da economia um novo estágio de acumulação capitalista. Assim, que o grande capital usava como estratégia a continua crítica as conquistas sociais institucionalizados pela Magna carta de 1988 especificamente a nova concepção de Seguridade Social.

Na atual conjuntura brasileira, segundo Luciana Jaccoud (2009), o sistema brasileiro de proteção está dividido em três pilares: política previdenciária; política de assistência social e a política de saúde que juntas compõe o tripé do Sistema de Seguridade Social. Contudo o debate acerca das políticas públicas tem privilegiado a focalização dos recursos, em oposição a universalização pregoado pelo sistema de proteção, causando a despolitização e tecnificação dos interesses sociais.

Essas mudanças no “universo do mundo trabalho”, causas grandes transformações no contexto social, político e econômico do país, acarretando o aprofundamento das desigualdade social, elevando o numero de desemprego, da pobreza, exclusão social, ocasionando a precarização das condições de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho. Desta forma, que o processo de reestruturação do capital produz efeitos políticos, e é no interior do Estado que este projeto assumirá uma nova configuração, especialmente na função de prover “os mínimos sociais” os segmentos excluídos do mercado de trabalho.

A hegemonia do projeto neoliberal latente na realidade socioeconômica e política trazem novos aspectos que incidem na dimensão cultural e rebatem na estruturação sócio-política da sociedade. Trata-se da tendência a fragmentação da vida social, calcada pela lógica meritocracia, onde se evidencia a responsabilização do individuo pelo seu desempenho ou infortúnio. Neste mesmo sentido, a população é compelida a recorrer à oferta de bens e serviços pela via do mercado, pois o princípio neoliberal de restrição da proteção social por parte do Estado alcança gradativa expansão.

Assim, há o deslocamento de responsabilidade do Estado para prestação individual do serviço, mediante a compra, por via do mercado, degenera o reconhecimento dos indivíduos enquanto coletividade, ao passo que fomenta o reconhecimento no plano individual, despoliticando-os e dissolvendo suas capacidades de mobilização e pressão ao Estado pela prestação de bens e serviços de qualidade. Esvazia-se, por tanto, o empenho a postura coletiva em função da garantia de bens sociais, em outras palavras, abre-se mão da cidadania, ao esvaziar os espaços de representação e mobilização cívica, na luta pela conquista e efetivação de direitos.

È nesse cenário que a Assistência Social é instituída como política de Seguridade Social através do Art. 194 da Constituição Federal de 1988, conduziu a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS<sup>10</sup>, enquanto lei complementar desta mesma política. Mesmo com o avanço destas leis no que toca ao estabelecimento da assistência social enquanto direito do cidadão e dever do Estado, a Assistência Social, pelas ambigüidades que a caracterizam historicamente, enfrenta grandes dificuldades em constituir-se na prática como política pública. A efetivação do caráter seletivo e residual da proteção social dirigido às camadas pobres destoa do princípio de universalidade e do status de direito social conferido, no plano constitucional, a política de Assistência Social. Ao passo que, com base nas análise de Rachelis (2008), a concretização desta política na realidade social caracteriza-se primordialmente pela restrição de auxílio aos necessitados sociais, assegura seu público como sendo um grupo restrito de indivíduos incapacitados para o trabalho.

A consolidação da política de assistência em consonância com seus princípios e diretrizes requer que a assistência social, como modalidade de política pública, seja tida como função do Estado, indo de encontro à ideologia apregoada pelo desenvolvimento do capitalismo monopolista desenvolvido no Brasil sob a égide neoliberal, pela qual a assistência pública via Estado é, minimamente, designada aos trabalhadores pobres e os demais trabalhadores inseridos no mercado formal recorre ao acesso de bens e serviços de qualidade.

Entretanto, a elaboração da LOAS foi resultado da mobilização de segmentos da sociedade civil que se organizaram com o objetivo de fortalecer a compreensão e materialização da assistência social como responsabilidade governamental e direito do cidadão que dela venha necessitar, a constituindo enquanto política pública, como pode-se perceber no Brasil( art. 1º- LOAS)

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada

---

<sup>10</sup> Lei Orgânica da Assistência social- LOAS, lei nº 8.742, de 7 de setembro de 1993, dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências

através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (p.1)

A homologação da LOAS posterior a Constituição Federal, a caracteriza enquanto lei complementar a esta última, neste sentido vem a regulamentar os artigos 203 e 204 da Constituição de 1988, aborda os objetivos da assistência social, as prestações de serviços, perfil dos beneficiários, fontes de financiamento, diretrizes da política e destaque na descentralização político-administrativa e conseqüentemente a participação das organizações populares.

Nesta direção, o sistema protetivo vai se configurando e ganhando visibilidade especialmente no âmbito da proteção social não contributiva no país, com ações no campo do enfrentamento da pobreza e da desigualdade que vai se delineando através de um processo de consolidação de ações protetivas no âmbito Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS, particularmente na área da Assistência Social, da Segurança Alimentar e Transferência de Renda e a posteriormente com os Programas de Transferência de Renda, com destaque para o Programa Bolsa Família, a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e a formulação da Política Nacional de Assistência Social com a criação do Sistema Único de Assistência Social, alcançaram grande centralidade no Sistema Brasileiro de Proteção Social.

Em outubro de 2004, atendendo ao cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência, realizada em Brasília em dezembro de 2003, o CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social, após amplo debate coletivo, foi aprovado a Política Nacional de Assistência Social em vigor, que expõe o (re) desenho desta política, na perspectiva de implementação do SUAS – Sistema Único de Assistência Social. Este conjunto, sem dúvida, vem criando uma nova arquitetura institucional, ética, política e informacional para a Assistência Social brasileira e a partir dessa arquitetura e das mediações que a tecem podemos efetivamente, realizar, na esfera pública, direitos concernentes à Assistência Social.

Nessa direção, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS buscou incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que diz respeito à efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. E o Sistema Único da Assistência Social - SUAS vem buscando incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que diz respeito à efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. No qual tem como principal objetivo a gestão integrada de ações descentralizadas e participativas de assistência social no Brasil.



Essa gestão supõe a articulação de serviços, programas e benefícios bem como da ampliação de seu financiamento e o estabelecimento de padrões de qualidade e de custeio desses serviços; supõe também a qualificação dos recursos humanos nele envolvidos; a clara definição das relações público/privado na construção da Rede socioassistencial; a expansão e multiplicação dos mecanismos participativos, a democratização dos Conselhos e a construção de estratégias de resistência à cultura política conservadora; e finalmente, exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob vigilância do Estado, cabendo a este a universalização da cobertura e garantia de direitos e de acesso para os serviços, programas e projetos sob sua responsabilidade.

Para alcançar seus objetivos, a Política de Assistência Social deve ser realizada de forma integrada e articulada às demais políticas sociais setoriais, para atender às demandas de seus usuários. Essa definição está na LOAS, que pressupõe para a assistência social o provimento dos “mínimos sociais”, cuja garantia exige a realização de um conjunto articulado de ações, envolvendo a participação de diferentes políticas públicas e da sociedade civil. A LOAS afirma também, que o destinatário da “ação social” deve ser alcançável pelas demais políticas públicas. Não podemos esquecer que o sujeito alvo dessas políticas não se fragmenta por suas demandas e necessidades que são muitas e heterogêneas. Estamos tratando das condições de pobreza e vulnerabilidade que afetam múltiplas dimensões de vida e de sobrevivência dos cidadãos e de suas famílias. O Estado é o garantidor do cumprimento dos direitos, responsável pela formulação das políticas públicas, expressando as relações de forças presentes no seu interior e fora dele. Evaldo Vieira em sua análise da política social e dos direitos sociais afirma: “sem justiça e sem direitos, a política social não passa de ação técnica, de medida burocrática, de mobilização controlada ou de controle da política quando consegue traduzir-se nisto” (Vieira, 2004,p.59). Portanto, cabe elucidar que apesar dos avanços alcançados no campo das políticas sociais, há muito a ser conquistado para que de fato se efetive um sistema universal de direitos sociais.

### 2.3 Os programas de transferência de renda no Brasil e a potencialidade.

No âmbito das políticas sociais, a assistência prestada às famílias pobres e extremamente pobres tem um maior destaque, a partir da década 80, num contexto de grandes transformações econômicas ocasionada pela reestruturação produtiva. Nesta perspectiva os programas de transferência de renda se destacam como possibilidades para o enfrentamento do desemprego e da pobreza em várias partes do mundo.

Cabe destacar, que os Programas de Transferência de Renda são concebidos enquanto uma transferência monetária direta destinada a famílias e a indivíduos, sendo essa transferência, no contexto da experiência brasileira, articulada a ações de prestação de serviços, principalmente no campo da educação, saúde e trabalho, na perspectiva de que a renda monetária transferida, juntamente com as ações desenvolvidas, possibilite a autonomização das famílias beneficiária.

Segundo Silva (2010), a formulação e a implementação desses programas partem do pressuposto de que o custo oportunidade para famílias pobres manterem seus filhos na escola são muitos elevados em razão da renda muito baixa e instável dessas famílias que necessitam da participação do trabalho infantil para permitir a sobrevivência do grupo familiar. Outro argumento é que a baixa formação educacional das famílias pobres constitui fator determinante na impossibilidade da elevação da renda dessas famílias. A situação decorrente desses dois fatores produz e reproduz o ciclo vicioso da pobreza de geração a geração, determinando a pobreza do presente e reproduzindo a pobreza futura.

Os Programas de transferências de renda tem sido adotado, segundo Silva, Yasbek e Di Giovanni (2008) da seguinte forma:

Aqueles que atribuem uma transferência monetária a indivíduos ou a famílias, mas que também associam a essa transferência monetária componente compensatório, outras medidas situadas principalmente no campo das políticas de educação, saúde e trabalho, representando, portanto, elementos estruturantes, fundamentais para permitir o rompimento do ciclo vicioso que aprisiona grande parte da população brasileira nas amarras da reprodução da pobreza.(p.22)

Nessa direção, os Programas de Transferência de Renda são postos para definir uma compensação financeira para famílias pobres poderem permitir que seus filhos possam frequentar a escola, ir ao posto de saúde e os adultos possam participar de cursos de alfabetiza-

ção, de formação profissional e outras ações de modo a criar condições para que o grupo familiar consiga romper com o ciclo reprodutor da pobreza, com o intuito de possibilitar uma articulação entre a medida compensatória de transferência monetária com ações estruturais, no campo da educação, saúde e trabalho tendo em vista possibilitar a autonomização de famílias pobres.

Todavia, no Brasil, o debate sobre os Programa de Transferência de Renda iniciou a partir da década de 1990, devido às exigências do mundo globalizado. Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, os programas de distribuição de renda foram efetivamente implantados no país, alguns através de organizações não governamentais (ONGs). Esses programas estavam agrupados na chamada Rede de Proteção Social, de abrangência nacional.

A ideia de instituição de Programas de Transferência de Renda se integra efetivamente à agenda pública brasileira a partir de 1991, percorrendo um processo de desenvolvimento sistematizado, em trabalhos anteriores, em cinco momentos específicos (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004). O primeiro teve início em 1991, com a elaboração do projeto de Lei nº 80/91 de Eduardo Suplicy, aprovada em 1991, que serviu de bases para a sistematização e desenvolvimento de uma Política Pública Nacional de Transferência Renda. Nesse período, o Brasil viveu a sua pior crise de recessão, marcado pelo endividamento externo, inflações altas e o agravamento da pobreza.

O segundo momento se estendeu de 1991 a 1993, quando o debate brasileiro de rendimento mínimo começou a ganhar novos rumos. Nesse período Camargo (1991; 1993; 1995) propõe uma transferência monetária as famílias que tivessem crianças de 5 a 16 anos, em escolas públicas, introduzindo duas inovações no debate: a família como beneficiária, no lugar do indivíduo e a articulação da transferência monetária com a obrigatoriedade de crianças e adolescentes frequentarem a escola.

O terceiro momento se iniciou a partir 1995 com a implementação de programas dessa natureza, ou a nível municipal nas cidades de Campinas, Ribeirão Preto e Brasília, efetivando, a possibilidade de políticas públicas de transferência de renda no contexto do Sistema de Proteção Social Brasileiro. O quarto momento inicia-se em 2001, no penúltimo ano do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1993-2003), com a expansão dos programas federais criados em 1996 (Benefício de Proteção Continuada<sup>11</sup>-BPC Programa de Erradi-

---

<sup>11</sup> O Benefício de Prestação Continuada- BPC é um programa do governo Federal, previsto na Constituição 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social é um benefício da Política de Assistência Social, que integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social. É um benefício individual, não vitalício e intransferível, que assegura a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais,

cação do Trabalho Infantil<sup>12</sup>- PETI )e a criação de 16 outros programas de iniciativa do governo Federal (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação<sup>13</sup>, Bolsa-Renda<sup>14</sup>, Vale gás<sup>15</sup>), nesse momento, registra-se ainda a ampliação do debate com a introdução de ideia de uma Renda cidadania para todos os brasileiros, conforme preconiza o senador Suplicy, (2002) através do Projeto de Lei nº266/2001,apresentado ao Congresso Nacional para a instituição de uma Renda de cidadania para todos brasileiros.

Por fim, o quinto momento se inicia no ano de 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva que, desde o discurso de sua posse, propõe-se a enfrentar a fome e a pobreza no país. Para isso, anuncia como principal estratégia o Fome Zero, propondo superar a falta de políticas de geração de emprego e renda; o desemprego crescente e a concentração de renda enquanto determinantes do baixo consumo de alimentos e, conseqüentemente, da expansão da pobreza Silva, (2003). No âmbito do Fome Zero, os Programas de Transferência de Renda assumem cada vez mais a centralidade para o enfrentamento da pobreza, destacando-se, o Bolsa Família como o maior Programa dessa natureza na atualidade. Nesse momento também foi sancionada, pelo Presidente da Republica, a Renda de Cidadania, proposta pelo senador Suplicy, que foi criada em janeiro de 2004, pelo Ministério de Desenvolvimento Social e

---

e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Em ambos os casos, devem comprovar não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. A renda mensal familiar per capita deve ser inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo vigente. Brasil(2013).

<sup>12</sup> Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI é um Programa do Governo Federal que tem como objetivo retirar as crianças e adolescentes, de 07 a 14 anos, do trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre ou degradante, ou seja, aquele trabalho que coloca em risco a saúde e segurança das crianças e adolescentes. Além da transferência monetária a criança e adolescentes frequentam a escola e participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo ( Paif ), tendo em vista sua retirada do trabalho precoce. Brasil (2013).

<sup>13</sup> Programa Bolsa Alimentação vinculado a Saúde, criado em 2001 é um instrumento de participação financeira da união, na complementação da renda familiar para a melhoria da alimentação, e destinado a promoção da melhoria das condições de saúde e nutrição entre as famílias com renda per capita até meio salário mínimo. Serão beneficiárias a família de baixa renda com risco nutricional beneficiárias, gestantes e nutrízes e ainda, crianças de seis meses a seis anos e onze meses de idade, que estejam em risco nutricional, pertencentes a famílias com renda mensal per capita inferior ao valor fixado nacionalmente em ato do Poder Executivo para cada exercício. Crianças órfãs de mãe ou filhas de mães soropositivas para o HIV/aids, terão direito ao benefício logo no primeiro mês de vida, uma vez que, no primeiro caso não haverá possibilidade de amamentação e no segundo, por medida preventiva, seria contra-indicado o aleitamento materno tendo em vista o risco de transmissão do vírus. Brasil(2013).

<sup>14</sup> Bolsa Renda era um programa emergencial do governo federal de distribuição de renda a agricultores se familiares para atender a família que residiam em municípios sujeitos a calamidade publica conhecida pelo governo Federal. Em setembro de 2003 esse programa foi substituído pelo Programa bolsa alimentação. Silva (2010, p.20)

<sup>15</sup> O Programa Vale Gás – criado em 2002, pelo Ministério de Minas e Energia, para compensar as famílias pobres devido a retirada de subsídio de gás de cozinha. O critério de acesso era a família integrar os programas do governo federal ou ter uma renda per capita mensal de até meio salario mínimo. Silva( 2010, p.20)

Combate à fome, em substituição ao Ministério de Assistência Social e Ministério Extraordinário de Segurança; Alimento e Combate a Fome, verificando-se também o progressivo crescimento no orçamento anual destinado aos Programas de Transferência de Renda.

A partir de então, constrói-se, no Brasil um processo histórico de criação e implementação de Programas de Transferência de Renda, que propõe imprimir mudanças de natureza quantitativa e qualitativa na Política Social sobre o combate à fome e a pobreza no país. Nesse contexto, os Programas de Transferência de Renda, já considerados eixo central da “Rede de Proteção Social” no país desde o Governo FHC, são mantidos na sua centralidade do Sistema Brasileiro de Proteção Social.

Nesse contexto, é instituído o Programa Bolsa Família através da medida provisória n.132, em 20 de outubro de 2003, transformado na lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004, regulamentado pelo Decreto n.5.209, de 17 de setembro de 2004, enquanto o maior programa de transferência de renda condicionada no Brasil, assumindo a centralidade do Sistema de proteção Social. Atualmente idealizado enquanto uma política intersetorial, para a unificação de programas de transferência de renda, situa-se no âmbito da Estratégia do Fome Zero orientado pelos seguintes objetivos:

- a) Combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos - saúde, educação, assistência social e segurança alimentar;
- b) Promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram (Brasil/ MDS, 2006).

Nessa direção, a unificação dos Programas de transferência no Brasil<sup>16</sup>, mediado pelo Bolsa Família, surge para superar dada situação referenciada num diagnóstico sobre os programas sociais em desenvolvimento no país, elaborado durante a transição do Governo Fer-

---

<sup>16</sup> A proposta de unificação dos Programas de Transferência de Renda no Brasil, eixo mobilizador da instituição do Programa Bolsa família, é apresentada como evolução e inovação no âmbito dos Programas de Transferência de Renda em implementação no Brasil a partir de 1995. Orienta-se pela busca de maior racionalização desses programas e simplificação de acesso da população – alvo, tendo em vista elevar a efetividade no combate à fome e à pobreza, prioridade social do Governo Lula. Apresenta-se como uma estratégia capaz de melhor proteger o grupo familiar como um todo, permitindo, inclusive, a elevação do valor monetário do benefício. Requer ações partilhadas entre União, Estados e Municípios e a participação da sociedade, podendo significar um passo adiante e importante no campo das Políticas Sociais. Silva *apud* Fonseca( 2008, p.41).

O processo de unificação dos programas de transferência de renda,(...) desenvolveu-se até 2007, quando foi praticamente concluída a migração dos quatro programas federais inicialmente definidos para a unificação (Bolsa Escola, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação) para o Bolsa Família. Foi um processo implementado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e os municípios. Silva e Silva e Almada Lima ( 2008, p. 34)

nando Henrique Cardoso para o Governo de Luiz Inácio Lula, no qual destaca – se os seguintes problemas:

existência de programas concorrentes e sobreposição de programas, objetivos e público alvo; desperdício de recursos por falta de uma coordenação geral e dispersão dos programas em diversos ministérios; falta de planejamento e mobilidade do pessoal executor, além de alocações orçamentárias insuficientes, com não atendimento do público alvo conforme os critérios de elegibilidade determinados. (BRASIL, 2002).

Diante do exposto, o processo supracitado é orientado para a focalização no enfrentamento da pobreza, no qual a família deve ser o foco das ações. A proposta inicial de unificação limitou -se a quatro programas federais: Bolsa Escola<sup>17</sup>, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação, e posteriormente houve a integração do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e pactuações com diversos programas de nível estadual e municipal.

Assim, O Bolsa família tem a proposta de proteger o grupo familiar atendendo a famílias em extrema pobreza, independentemente da idade dos membros da família ou sua composição e famílias pobres, desde de que possuam gestantes, nutrizes ou crianças e adolescentes entre 0 a 17 anos. Neste contexto, são beneficiados pelo Programa e recebem o benefício as famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais e que possuam renda mensal per capita (por pessoa) de até R\$ 140,00. O valor recebido do programa varia de acordo com a classificação do beneficiário no PBF, que pode receber o benefício básico, no valor de R\$ 68,00 e é concedido às famílias que possuem renda mensal de até R\$ 70,00 por pessoa. Já o benefício variável tem o valor de R\$ 32,00, R\$ 44,00 ou R\$ 66,00 para as famílias que tenham crianças ou adolescentes com até 15 anos, mulheres grávidas ou amamentando e o benefício variável jovem – BVJ é de R\$ 33,00 ou R\$ 66,00 para as famílias que possuem adolescentes de 16 e 17 anos (MDS, 2010). É valido ressaltar que as famílias tem liberdade na aplicação do benefício enquanto houver a manutenção dos critérios de elegibilidade, isto é cumpram as condicionalidades indicadas, desde que sejam oferecidas condições pra tal.

Além do repasse monetário, para permitir a melhoria na alimentação e nas condições de vida do grupo familiar, o Bolsa Família inclui o desenvolvimento de ações intersetoriais mediante a articulação com outros programas estruturantes no âmbito da saúde, educação e do

---

<sup>17</sup> O Programa Nacional de Renda Mínima Vinculado á Educação – Bolsa Escola foi instituído em 2001, pelo Ministério da e Educação. Destinava-se a famílias com crianças de 7 a 15 anos de idade, sendo o benefício, sendo o benefício transferido para cada família no valor de R\$15, 00 por criança, até o máximo de três filhos, totalizando até R\$ 45, 00. A contrapartida eram a matricula e frequência da criança á escola. Silva, (2010,20).

trabalho. No intuito de reforçar a participação das famílias nesses programas o Bolsa Família prever condicionalidades, com destaque para a obrigatoriedade da família manter os filhos em idade escolar na escola; frequência regular de crianças entre 0 e 6 anos de idade aos postos de saúde e frequência regular de gestantes aos exames de rotina. Haja vista, há a necessidade de atualizar o cadastro e recadastramento do benefício a cada dois anos, com o objetivo de manter num programa somente as famílias que permanecem nos critérios estabelecidos.

A unificação dos programas de transferência de renda requer o desenvolvimento de responsabilidade compartilhada entre a União, Estados, municípios e sociedade de forma descentralizada e mediante a assinatura do Termo de Adesão instituir o comitê ou conselho de controle social e definir o gestor municipal do município pela determinação da Portaria n.246, de 20 de maio de 2005, art.2º.

Portanto, a família tem sido pensada como base estratégica das políticas públicas, numa perspectiva de parceria com os programas sociais, no sentido da construção de sua autonomia. Nesse contexto, a família e a comunidade têm se revelado como “fontes naturais de solidariedade”, uma vez que se aciona o protagonismo familiar para transferir, aos próprios sujeitos, portadores de necessidades, a responsabilidade pelos seus carecimentos, vinculando-os ao processo de ajuda mútua. Osterne,( 2006).

### 3. O PROGRAMA BF: CONSIDERANDO BREVEMENTE AS DIMENSÕES DE CLASSE, GÊNERO, RAÇA E GERAÇÃO.

Na atual conjuntura, os Programas de Transferência de Renda, com destaque o Bolsa Família, assumiram um significativo reconhecimento no Sistema de Proteção Social brasileiro pela sua abrangência no território nacional e em razão do impacto social na vida dos mais necessitados, por conferir um repasse monetário e uma “certa autonomia” às famílias pobres e extremamente pobres, contribuindo para a diminuição da desigualdade social brasileiro, conforme evidências apontadas por diversos estudos referenciados neste trabalho.

O presente estudo pretende travar uma aproximação com a realidade das mulheres idosas usuárias do Programa Bolsa-Família vinculadas ao município de São Gonçalo dos Campos. Para abordar tal temática necessariamente é preciso considerar a importância da dimensão de gênero, raça, classe e geração no sistema de proteção social brasileiro, fazendo resgatar a enorme dívida social, econômica e cultural que o Estado ainda tem com o povo brasileiro. A histórica ausência do Estado e o limitado investimento no aprimoramento das suas políticas sociais se refletiram não apenas na insuficiente oferta dos serviços em face das demandas da população, mas também no que diz respeito à qualidade e à natureza desses serviços. Podemos dizer mais sobre essa questão em particular, as políticas públicas que integram o sistema de proteção social brasileiro devem contemplar essas dimensões, considerá-las e incorporar essas intersecções para uma efetivação maior dos planos, programas e projetos sociais.

Historicamente, a perspectiva da promoção da dignidade, da autonomia e do protagonismo aos segmentos mais vulneráveis da sociedade, agora resgatada, pelos programas sociais, esteve largamente ausente das preocupações do Estado nacional nos últimos 40 anos. O descompromisso do Estado não se referia somente à oferta de serviços sociais, mas à garantia dos direitos mais básicos da pessoa, como é o caso do direito à alimentação. É nesse sentido que podemos afirmar que o reconhecimento da responsabilidade pública, no que diz respeito aos direitos fundamentais, é o maior avanço que temos alcançado nesta primeira década do século XXI, para o qual a contribuição do Bolsa Família foi basilar.

Entretanto, o estudo tem como uma de suas suposições que as mulheres idosas vinculadas ao Programa, residentes do município de São Gonçalo dos Campos marcadamente trazem consigo a identidade da pobreza, do gênero<sup>18</sup>, da raça<sup>19</sup> e da geração<sup>20</sup>. Neste tópico, a

---

<sup>18</sup> Outra autora bastante citada nos estudos realizados, no Brasil, sobre gênero, é a historiadora americana Joan Scott. Segundo ela (1989), gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças per-



pretensão é frisar a relevância da interseccionalidade<sup>21</sup> na constituição das políticas públicas, em especial nas políticas de assistência.

Cabe ressaltar que, além disso, existe a necessidade de reconhecermos as profundas transformações no contexto familiar e no papel da mulher ao longo dos anos. Os desafios e as lutas históricas pertencentes à trajetória feminina. Macedo (2008) chama atenção para o processo de feminização da pobreza nas últimas décadas. O contato com estudos e pesquisas voltados para entender a diversidade de arranjos familiares tem trazido à tona, cada vez com mais frequência, a discussão em torno da questão da elevação da precariedade socioeconômica das famílias chefiadas por mulheres. Essa perspectiva parece, a cada dia, estar se tornando central quando o tema é família e provisão domiciliar feminina.

Em que pese uma série de argumentos contrários, não há como negar que a ênfase excessiva na vulnerabilidade dos domicílios com chefia feminina, contida na perspectiva de análise da feminização da pobreza, termina por reforçar estereótipos e por provocar um

---

cebidas entre os sexos. É também uma forma primeira de significar as relações de poder. Gênero constitui-se como uma categoria útil, uma vez que rejeita justificativas biológicas e refere-se às origens sociais das identidades de homens e mulheres. A autora ressalta quatro elementos constitutivos nos quais são alicerçadas as relações de gênero. Dentre eles, destacam-se: os símbolos culturalmente disponíveis, que evocam as representações múltiplas, e os conceitos normativos expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas, a partir da oposição binária entre o masculino e o feminino. Um terceiro elemento remete-se à dimensão organizacional que aprofundam as desigualdades de gênero e, por fim, a identidade subjetiva, ou seja, a maneira de construção das identidades de gênero. Ainda nesse trabalho, compreende-se gênero como categoria teórica capaz de explicar as urgências das relações sociais desiguais em que vivem homens e mulheres, mas também como categoria política. Assim, ao enxergar as mulheres como sujeitos de direitos, delimita-se uma posição de negação das formas de opressão e subordinação a que as mulheres estão submetidas, rumo à construção de valores e práticas que promovam a emancipação humana, através da igualdade entre ambos os sexos.

<sup>19</sup> Segundo Werneck (2005), raça é um conceito a ser utilizado em diferentes esferas como categoria de hierarquização social e política, e tem operacionalidade na produção de desigualdades afetando diferentes grupos humanos em diversas partes do mundo. Outro conceito que vem sendo utilizado por alguns autores é o de etnicidade, que é “um conceito que incorpora variáveis sociais, religiosas, lingüísticas, e outras, para identificar indivíduos e populações” (2005:324). Este conceito, entretanto, afasta as perspectivas histórica, ideológica e social associadas ao termo raça.

<sup>20</sup> Desenha-se, assim, um cenário dramático em que, diante do predomínio de um modelo de política social que prega o enxugamento do Estado e responsabiliza a família pelo cuidado de seus dependentes, mais famílias se vêem com meios reduzidos para enfrentar demandas crescentes de apoio – não só transferência de renda, mas também cuidados pessoais, suporte emocional e outros “recursos intangíveis” – aos seus membros mais vulneráveis, tanto jovens como velhos. Em tal cenário, a mobilização de apoios intergeracionais informais torna-se uma importante estratégia de sobrevivência, o que pode resultar na co-residência entre idosos e seus filhos, netos e até bisnetos.

<sup>21</sup> CRESHAW (2002) trabalha com a perspectiva da interseccionalidade para contribuir na compreensão da discriminação racial. Para isso, ela procurou fazer uma análise que associa a discriminação racial às diferenças de gênero. Seu argumento é baseado na idéia de que homens e mulheres são afetados de forma diferente pela discriminação racial. A autora chama a atenção, que quando se faz o caminho ao contrário focando-se nas mulheres e no peso da discriminação de gênero, não se pode realizar uma análise considerando o grupo das mulheres como homogêneo, mas sim, tendo em vista que há outros fatores relacionados as suas identidades sociais, tais como classe, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual. São diferenças que podem contribuir na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres.

alto nível de estigmatização das unidades domiciliares e dos sujeitos que se encontram nessa situação. O próprio movimento feminista realiza uma crítica a essa perspectiva e propõe a adoção da expressão pauperização das mulheres, questionando-se: por que “associar ‘feminização’, palavra culturalmente desvalorizada, à palavra “pobreza”, também socialmente depreciativa? Por que não falar [...] em “pauperização das mulheres”? (Bruschini et al. apud Farah, 2004, p. 55).

A intenção aqui é conhecer a realidade das mulheres idosas usuárias do Bolsa-Família, suas inquietações, suas percepções acerca do programa, os possíveis “protagonismos” e níveis de autonomia a partir da adesão ao programa, considerando suas marcas e resistências.

As mulheres idosas e negras são as principais afetadas pela pobreza, sobretudo, por serem as responsáveis pela gestão cotidiana das necessidades da família. São as mulheres pobres que realizam o trabalho doméstico, que cuidam das crianças, dos idosos e dos doentes da família, suprindo, muitas vezes, a ausência do Estado na manutenção de políticas públicas para essa população. Quanto ao mercado de trabalho, é revelador a inserção precária e a instabilidade de acesso feminino, o que significa dificuldades de usufruir dos direitos trabalhistas e das coberturas da previdência social. Aliado a esses fatores, o trabalho profissional das mulheres é sempre visto como complementar às suas “responsabilidades” domésticas aliado ao patriarcal.

Nesta perspectiva, o próximo tópico traz consigo uma reflexão acerca destas transformações significativas no âmbito das famílias, pontando os enfrentamentos das mulheres cujas identidades possivelmente são marcadas pelo entrelace de uma série de desigualdades e discriminações.

### 3.1 Discutindo o conceito de família na contemporaneidade.

No âmbito das políticas sociais na atualidade, o debate referente à família tem conquistado uma notória expressividade em virtude, dos ganhos proferidos pela assistência social com a implementação da Constituição Federal de 1988 e a postergar com o desenvolvimento a partir da década de 1990, dos programas de transferência de renda no cenário nacional no qual tem a família como objeto de intervenção.

Contudo, a família passou por várias transformações na segunda metade do século XIX: ampliou-se a participação das mulheres no mercado de trabalho e nas universidades, observando-se as diferenças entre as classes sociais, pois as mulheres mais pobres, em sua grande maioria, continuavam com pouca qualificação e baixa escolaridade.

O casamento sofreu transformações, sendo efetivado através da anuência do casal, com a livre escolha do parceiro, e norteado principalmente pela afinidade entre o casal e por fatores afetivos e emocionais com bases no amor romântico. A tradicional família nuclear apresenta transformações. Além do pai, a esposa e os filhos inserem-se no mercado de trabalho, auxiliando nas despesas e na manutenção da família, alterando padrões de hierarquia, autoridade e sociabilidade.

È a partir desse contexto que surge a família contemporânea a qual é construída através de uma somatória de experiências e trajetórias particulares, manifestando-se através de arranjos familiares diferenciados e peculiares, denotando a impossibilidade de identificá-la como um padrão familiar uniforme e ideal.

Independentemente da existência do casamento civil ou religioso, é considerada como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher. Ainda nesse contexto é considerada também como entidade familiar a comunidade formada por um dos pais e seus descendentes, encaixando-se na definição de famílias monoparentais, em que o homem ou a mulher assume as responsabilidades.

Os novos arranjos, como família com base em uniões livres, com chefia feminina ou masculina, mães/adolescentes solteiras que assumem seus filhos, mulheres que optam por ter filhos sem envolvimento com o pai da criança, famílias formadas por homossexuais, nos dão ciência dessas mudanças e colocam em questão a hegemonia da família nuclear.

Entretanto, apesar dessas novas composições familiares intrínsecas à contemporaneidade, o modelo idealizado da família nuclear burguesa ainda perpetua no imaginário do indi-

víduo - coletivo. As famílias que não fazem parte desse tipo de arranjo familiar tentam “adaptar” e aproximar a sua estrutura ao padrão de funcionamento do chamado “modelo ideal”, acreditando, muitas vezes, que não constituem uma família, ou que a sua família é “errada”, quando não conseguem reproduzi-lo.

No início do século XXI, percebem-se as metamorfoses nas famílias<sup>22</sup>: a diminuição do número de filhos, a redução de número de matrimônios realizados legalmente (casamento civil), o aumento de separações e divórcios. A divisão sexual dos papéis, ou seja, as funções socialmente destinadas aos homens e mulheres nas famílias são questionadas, não havendo mais a rígida separação dos papéis, demonstrando uma estrutura mais aberta e flexível.

Nessa perspectiva, convém perguntar: o que é família? Um grupo de pessoas ligadas por vínculos de aliança, consanguinidade, parentesco, afinidade? Grupo doméstico privilegiado a qual se estabelece a divisão sexual do trabalho entre seus pares? Esfera de proteção social face às normatizações agenciadas pelo Estado? Ou seria a família, uma palavra, uma simples construção verbal, como fala Bourdieu (2007)? Como as incursões empíricas e históricas desse tema são traduzidas teoricamente? É possível falar de família, sem falar das relações entre os sujeitos que a compõe?

Dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - 2005 apontam outras transformações ocorridas na família contemporânea, entre as quais podem-se citar: a redução do tamanho das famílias, o aumento de número de famílias chefiadas por mulheres e das unidades unipessoais, entre outros. Esses dados demonstram que a família brasileira está moldando uma nova cultura e um novo modo de viver, que não se adequam mais aos modelos patriarcal e burguês, pois em seu tecido familiar estão imbricados as suas próprias particularidades, peculiaridades e valores.

Destarte, a família passa a ser vista, de perto, pelos olhos de todos que, de certo modo, compartilham formas de convivência cotidiana, sejam de afeto ou mesmo de conflitos e, vista de longe, pelos estudiosos que buscam, nas manifestações do cotidiano, abstrair-se dos riscos das idealizações e estereótipos sobre a vida em família e problematizá-la como fenômeno científico.

---

<sup>22</sup>“As famílias, a partir dos anos 1990, tornaram-se mais efêmeras e heterogêneas. Assumiram uma variedades de formas e arranjos, e exigiram revolucionárias mudanças conceituais e jurídicas. Veja-se, no Brasil, a mudança do conceito de família na Constituição Federal de 1988 e as alterações legais contidas no Código Civil, aprovado em agosto de 2001 para entrar em vigor em janeiro de 2002, com vista a: acompanhar a revolução nos costumes; padronizar leis recentes, como do divórcio, e dispostos constitucionais referentes a família; e regulamentar jurisprudências que, nos tempos atuais, não poderiam pautar-se pelo Código Civil vigente, escrito em 1916. Agora o conceito de família abrange diversos arranjos: a união formada por casamento; a união estável entre homem e mulher e a comunidade de qualquer dos genitores( inclusive da mãe solteira) com seus dependentes ( a chamada família monoparental ) ( Constituição Federal de 1988, & 4 ° e 5°)”. ( Pereira -2008, p.39)

Ainda, é preciso destacar que a família é influenciada pelas situações internas que lhe sucedem como: nascimento, casamento, morte de seus membros e por fatores externos: sociais, econômicos, culturais, entre outros. A família enquanto unidade integrante da sociedade é diretamente influenciada pela situação macro sócio-política e econômica do país. As ações estatais atingem o microsistema familiar, atuando como fatores desagregadores e propiciador de situações de vulnerabilidade, sendo que esta última está intrinsecamente relacionada às condições econômicas das famílias, a forma de distribuição de renda no país e ao modo de funcionamento do modelo econômico vigente - o capitalismo.

Segundo a visão neoliberal, a questão da assistência é encarada como um dever moral, sendo estabelecido um limite: que esta não se transforme em direito para as classes subalternas, para os empobrecidos, miseráveis e excluídos. A política de assistência social é utilizada apenas em situações emergenciais, visando o atendimento somente do ‘mais pobre dos pobres’, sendo que o Estado atende apenas o que a sociedade civil, as instituições filantrópicas e o voluntarismo não atende.

No Brasil, as tendências de políticas em relação ao tratamento da questão social levam a políticas setoriais e fragmentadas, que procuram atender apenas situações emergentes, visando amenizar os impactos das demandas sociais.

A ideologia neoliberal reinante apresenta um Estado desterritorializado e sujeito a comandos dos detentores do capital externo e, desse modo, impossibilitado de exercer o controle sobre as políticas econômicas e sociais internas e de proteger o emprego e a renda de sua população, aliado ao predomínio do Estado Mínimo, caracterizado pela desresponsabilização do governo com os setores públicos, principalmente a assistência social e a seguridade. As modalidades de proteção se apoiam em pilares de acordo com Pereira, (1999)

De flexibilização das relações de trabalho, na seletividade ou focalização das políticas sociais e na desobrigação do estabelecimento dos mínimos sociais como direitos de todos (p.56).

Os princípios neoliberais apontam para o desmonte das políticas nacionais de garantias sociais básicas, cujas principais implicações são: cortes de programas sociais (inclusive os voltados para as populações empobrecidas), diminuição dos benefícios da seguridade social, criminalização da pobreza e a valorização de velhas fórmulas de ajuda social, maquiadas pelo discurso da solidariedade e da humanidade, que são travestidas com nova ‘roupagem’ e, por

isso, veiculadas como modernas e avançadas. É o caso da filantropia social e empresarial, das ações voluntárias e da ajuda mútua, que involuntariamente tendem a contribuir para a desresponsabilização do Estado perante ao provimento dos mínimos sociais e a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, como expressa a Lei Orgânica de Assistência Social, de 1993.

A família, enquanto instituição inserida na sociedade, é afetada por esse processo de desenvolvimento sócio - econômico e pelo impacto da ação do Estado através de suas políticas econômicas e sociais.

A conjuntura político-econômica brasileira, norteadas pelos princípios neoliberais e pela globalização, promove o aceleramento do empobrecimento, desemprego, minimização das políticas sociais oferecidas às comunidades, influenciando a estrutura familiar em suas relações, estrutura, papéis e formas de reprodução e contribuindo para a desagregação dessa instituição.

Para efetivarem-se ações que promovam a família neste sentido aponta, Gueiros (2002),

[...] imprescindível compreender sua inserção social e o papel que a ela está sendo atualmente destinado; e, da mesma forma, é necessário a mobilização de recursos da esfera pública, visando implementação de políticas públicas de caráter universalista que assegurem proteção social; entretanto, o mais fundamental é que o indivíduo e sua família tenham efetivas condições para prover sua autonomia, sejam respeitados em seus direitos civis e sociais (acesso à educação, à saúde, à justiça e ao trabalho) e com a possibilidade de elevação do nível de qualidade de vida, aspectos estes inerentes à construção da cidadania (p. 119).

Assim, a família passa por constantes arranjos, com subsistemas distintos, cada um assumindo seu papel, que pode ser de pai, mãe, filho, avô, avó, e assim sucessivamente. É nesta unidade que o grupo familiar, visto como um todo se envolve num processo dinâmico, resultando os denominados padrões de interação.

Conforme assinala Miotto (1997), ao falarmos de “famílias” devemos nos ater à sua especificidade, sua particularidade, posto que as famílias diferem significativamente entre si nos diversos momentos da história humana. Destarte, a família no contexto da crise do Estado

de Bem-estar Social<sup>23</sup> aparece como o lugar de proteção por excelência, como um verdadeiro escudo contra a violência e as adversidades contemporâneas.

Nessa direção, a família pode oferecer condições para o desenvolvimento da nossa identidade e para construir nossa história. E isto se dá no âmbito da vida cotidiana, num processo de constantes transformações, muitas vezes permeadas por conflitos, contradições e tensões. Além disso, é fato que o contexto familiar não é uma ilha de virtudes e de consensos, os dados estatísticos demonstram que é na família aonde ocorre o maior número de violência contra as mulheres, as crianças, os jovens e os idosos. Portanto, como toda e qualquer instituição social deve ser encarada como um lugar com muitas contradições e ter clareza disso, é fundamental para o desenvolvimento de políticas sociais.

Desta forma, a família produz no seu interior padrões e valores culturais, econômicos e sociais, que orientam a vida em sociedade, conduzindo seus membros a um processo de socialização, de acordo com o contexto histórico, se apresenta de maneira heterogênea e mutável, refletindo e transmitindo as transformações sociais e atuando sobre elas.

Atualmente, podemos relacioná-las às mudanças no processo de produção, trabalho e consumo; ao avanço tecnológico e ao reordenamento dos papéis sociais. São grandes as transformações e diversidades presentes nos grupos familiares. Neste contexto a família nuclear deixa de ser o modelo vigente na sociedade, pois se faz presente novas formas de organização familiar, relacionadas à convivência não só entre seus membros, mas envolvendo relações com a comunidade e com a sociedade de maneira mais ampla.

Portanto, na atual conjuntura é imprescindível saber que acima de qualquer definição ou conceituação, a família deve ser compreendida numa perspectiva plural<sup>24</sup>. É preciso considerá-la como local de afeto e aprendizado, a qual se unem pessoas e se compartilham um cotidiano, buscam satisfações individuais e coletivas, transmitem valores, tradições, acolhendo gerações passadas e formando gerações futuras.

A significativa maioria das famílias no mundo contemporâneo é chefiada por mulheres, e a quase totalidade destas famílias sofre dificuldades para enfrentar e resistir à profunda

---

<sup>23</sup> A contraditória parceria entre Estado e Família desenvolveu-se de diferentes formas nas diferentes nações e, em muitas delas, a família, através da divisão de tarefas e responsabilidades entre gênero e gerações, constitui-se num dos grandes pilares do Estado de Bem Estar Social. Não por acaso que modelo de solidariedade familiar não é apenas praticado de fato, mas trata-se de uma sociabilidade obrigada por lei, conforme preveem as legislações vigentes sobre a convivência familiar. Em alguns países, a obrigatoriedade do cuidado se restringe a pais e filhos e em outros é mais alargada, abrangendo também irmãos e avós que não dispõem de meios de subsistência autônomas.” (Mito, *apud*, Saraceno, 1997).

<sup>24</sup> Segundo Pereira (2000), a perspectiva pluralista consiste na interação de diferentes iniciativas, sejam elas públicas ou privadas. Isto é, as iniciativas ou ações são realizadas de forma combinada entre Estado, sociedade civil e mercado.

desigualdade social modelada por um padrão econômico que suscita cada vez mais valores e ações individualistas ou seja, a feminização da pobreza, levando-as à exclusão não apenas no acesso aos diversos equipamentos existentes na cidade, mas sobretudo, na possibilidade de escolhas, de autonomia sobre si mesma.

Este fator ressalta o que diversas pesquisas têm comprovado, ou seja, há um número cada vez maior de mulheres que assumem múltipla jornada de trabalho, ou seja, além de terem de trabalhar fora de casa, ao retornarem têm de assumir a sua própria casa e as responsabilidades de atenção para com a sua prole, tais como segurança, higiene, alimentação, saúde e educação.

A somatória de papéis e funções acarretam para a mulher uma sobrecarga no desenrolar da vida cotidiana, exigindo desta, uma contínua ausência do lar, podendo provocar sentimentos de culpa por não poder acompanhar de perto o crescimento e o desenvolvimento dos filhos. Por vezes esta dinâmica ocasiona uma insatisfação, quando esta não consegue administrar bem todos os papéis sociais assumidos, de acordo com os seus padrões de exigência pessoal.

A situação vivenciada por estas mulheres não se difere muito da situação vivida por boa parte das mulheres brasileiras, que além de enfrentarem múltipla jornada de trabalho, mesmo exercendo as mesmas funções que o homem são remuneradas com um valor inferior.

No entanto, é importante ressaltar um dos aspectos abordados por Carvalho (1998), que identifica uma tendência atual nas famílias e domicílios chefiados por mulheres que extrapola fronteiras geográficas e classes sociais, e que seguramente também é condicionada por situações regionais, possuindo manifestações específicas que, mesmo dentro de um mesmo país, determinam e diferenciam entre grupos de famílias e domicílios quanto ao seu grau de vulnerabilidade e a sua incidência.

Com tantas responsabilidades e preocupações (além de outros fatores históricos e culturais próprias de cada sujeito na sua singularidade) estas mulheres acabam se desgastando demasiadamente, e, por mais que estejam atentas e amem os seus filhos, passam por uma enorme dificuldade de se relacionar com os conflitos que a rodeiam, com a afetividade em relação aos próprios filhos e consigo própria, enquanto mulher, sujeito que também precisa de cuidados e atenção, de ser ouvida e acolhida a fim de expressar seus sonhos, seus desejos, potencialidades e necessidades que precisam ser supridas.



### 3.2 O PBF e o debate da matricialidade familiar.

A importância da família no âmbito da Política Social não é uma característica recente na trajetória das políticas sociais brasileiras. Contudo, nos últimos anos, o debate sobre a família, especificamente as famílias pobres, tem conquistado expressiva relevância no cenário das políticas públicas, devido a centralidade que esta tem adquirido no campo das políticas de transferência de renda focalizadas sob o prisma da garantia de direitos.

Nessa direção, a política de assistência social vem assumindo novos contornos, não apenas por localizar-se de forma marcante na esfera pública, mas também por instalar um sistema de gestão federativo que lhe confere uniformidade, transparência, descentralização e modernização. Um dos prenúncios desse novo sistema público é a proposta de instalação de uma rede de serviços adequada aos níveis de proteção, de acordo com as complexidades da demanda e as exigências de especialização dos serviços, bem como da proteção de renda como garantia de direito social.

Esse cenário indica claramente um ordenamento institucional com avanços. Assim, o novo texto da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), de 2004, reposiciona a assistência social, ao responsabilizá-la no campo das proteções sociais e, portanto, das garantias das seguranças sociais. Essas seguranças se materializam na oferta de benefícios, serviços, programas e projetos de proteção social básica e especial, esta última de média e alta complexidade.

A primeira dessas seguranças, no caso brasileiro, é garantida por meio da transferência de renda operada na perspectiva de substituir renda, por meio do BPC, para idosos acima de 65 anos e pessoas com deficiência incapazes de se manter ou de serem mantidas por sua família, cuja renda per capita seja inferior a um quarto do salário mínimo. Outro formato de transferência de renda é o que complementa a renda, como é o caso do PBF.

As transferências de renda compõem a proteção social básica afiançada pela assistência social e visam ao combate à fome e à pobreza; criam possibilidade de emancipação; e levam ao exercício da autonomia das famílias e indivíduos e ao desenvolvimento local.

O SUAS tem na família seu eixo estruturante, reconhecendo que, independentemente de seu formato, é a mediadora das relações entre sujeitos e a coletividade e geradora de modalidade de vida, uma vez que, para além do espaço doméstico, a família insere seus membros em redes primárias e em espaços de sociabilidade. A NOB 2005 definiu o SUAS como: [...] um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a

gestão do conteúdo específico da assistência social no campo da proteção social brasileira [...] . Um dos principais eixos estruturantes é a matricialidade sociofamiliar. (p. 13-14).

Tal proposta demandou novos estudos e reflexões que incluíram a família como alvo de proteção, e vem sendo desenvolvidas visando o fortalecimento e apoio as famílias no enfrentamento das necessidades sociais, que tanto podem constituir em ações protetivas para que favoreçam a melhoria de suas condições de vida, como em ações acabem sobrecarregando ainda mais estas famílias, exigindo que assumam novas responsabilidades diante do Estado e da sociedade.

Cabe ressaltar, família é considerada pela CF/88 como a responsável primeira pela proteção daqueles que ainda não conseguem desenvolver suas potencialidades (crianças, adolescentes, jovens) ou dos que não têm condições de se proteger por seus próprios meios, em decorrência de incapacidades, pela deficiência ou doença, ou de perda de autonomia decorrente da velhice. No entanto, as famílias têm enfrentado mudanças importantes, demográficas e sociais. O crescimento da população de idosos, o aumento da desagregação familiar formal e informal, a maior inserção de mulheres na busca da sobrevivência são alguns dos fatores que têm alterado a estrutura familiar.

Assim, o SUAS coloca-se no horizonte de caráter protetivo das famílias brasileiras, entre elas, aquelas que estão inseridas no PBF, ao construir complementaridade entre serviços e benefícios, criando condição para as famílias enfrentarem situações de riscos e de vulnerabilidades sociais e ampliarem suas resistências diante das situações sociais que enfrentam.

Essa centralidade presente no SUAS, traz em sua base, a concepção de que todas as outras necessidades e públicos da assistência social estão, de alguma maneira, vinculados à família, quer seja no momento de utilização dos programas, projetos e serviços da Assistência, quer seja, no início do ciclo que gera a necessidade do indivíduo vir a ser alvo da atenção da política. A família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social. (NOB/05, p. 17)

No contexto brasileiro, o debate vem sendo cada vez mais potencializado à medida que a família vem ocupando lugar central enquanto destinatária das políticas pública nessa direção adverte, Orientações Técnicas – CRAS, (2009)

A matricialidade sociofamiliar se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social. A família, segundo a PNAS, é o conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e ou dependência econômica.(p.12).

Esta centralidade ao mesmo tempo em que alenta a todos que militam na área da família e entendem as famílias como sujeitos de direitos e, portanto, merecedoras da proteção do Estado – conforme consta da Constituição Federal de 1988 – também causa preocupação duas questões básicas. Uma referente ao momento no qual a família passa a assumir esta centralidade no discurso público, ou seja, a família entra em cena quando o Estado passa a reduzir os seus compromissos com a proteção social do que nos propomos analisar, ou seja, a centralidade da família.

Essa centralidade presente no SUAS, traz em sua base, a concepção de que todas as outras necessidades e públicos da assistência social estão, de alguma maneira, vinculados à família, quer seja no momento de utilização dos programas, projetos e serviços da Assistência, quer seja, no início do ciclo que gera a necessidade do indivíduo vir a ser alvo da atenção da política. A família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social. (NOB/05, p. 17)

Ao se tratar da centralidade sociofamiliar na política de assistência social, é importante compreendermos que família é essa, quais suas configurações e qual lugar ela ocupa na vida das pessoas.

Diante dos diversos arranjos familiares existentes a família deve ser compreendida no contexto em que vive, lembrando que cada família possui seus costumes e valores, em constante transformação. Nesse sentido, Miotto (2004,p.47) “ Consenso existente sobre as transformações da família concentra-se apenas nos aspectos referentes á sua estrutura e composição, pois as expectativas sociais sobre suas tarefas e obrigações continuam preservadas”

Assim, apesar das grandes mudanças sociais e seus rebatimentos nas composições familiares contemporânea, observa-se a prevalência de antigos padrões da família burguesa que reflete ao seu funcionamento e o desempenho de papéis materno e paterno dado o empobrecimento das famílias e as modificações na estrutura de classes sociais.

Contudo, a ambiência do neoliberalismo na cena contemporânea impulsiona para o deslocamento dos conflitos e contradições de raízes societárias, como a de classe, gênero ou etnia, para âmbitos privados da das relações intrafamiliares e comunitárias, no qual no contexto das políticas sociais atualmente, assistência social, buscam fazer uma abordagem do indivíduo, corroborando com a ideia Couto, Raichelis e Yazbeck ( 2011),afirmam que,

[...] se por um lado este movimento pode representar um avanço no sentido de romper com a perspectiva de tomar o indivíduo isolado de suas relações sociais, por outro impõe-se a necessidade de outras definições e explicações que decorrem da concepção de família com sujeito social e de direitos, sob pena de reforço da *culpabilização* das famílias e de despolitização quando se reproduz o discurso das famílias desestruturadas. (p.55)

Entretanto, ao reconhecer a matricialidade sociofamiliar no SUAS, não basta apenas constatar as transformações porque passam as famílias, e sim, assumir prover ações efetivas que faça jus às ofertas e provisões públicas com a finalidade de romper com as abordagens conservadoras, disciplinares e moralizadoras que permeia o trabalho profissional no âmbito da política de assistência social no trato com as famílias pobres.

### 3.3 As usuárias Idosas do PBF no Brasil: alguns indicadores sobre essas mulheres.

A questão geracional está no cerne da Demografia, uma vez que cabe à última estudar, entender e explicar aspectos relacionados à estrutura etária da população. Durante boa parte do século XX, a estrutura etária brasileira não sofreu mudanças, uma vez que a população era quase-estável, ou seja, apenas a mortalidade variava. Nesse sentido, o planejamento de políticas públicas era mais simples, já que a proporção de crianças, jovens, adultos e idosos na população era praticamente constante e crescia a taxas também constantes.

A partir de 1991, a quase-estabilidade desapareceu devido a uma redução do número de nascimentos, que resultou num estreitamento da base da pirâmide. Esta queda nos nascimentos gerou importantes mudanças na estrutura etária, notadamente uma redução na proporção da população abaixo de 15 anos e um aumento relativo da população idosa.

A este processo dá-se o nome de envelhecimento populacional. Dados dos Censos Demográficos confirmam este envelhecimento – entre 1970 e 2000, a proporção da população brasileira acima de 60 anos passou de 5,1 para 8,6%.

Mudanças na estrutura etária impõem, ainda, desafios a dois atores: o mercado e as famílias. O mercado, além de ter novos filões a serem explorados enquanto mercados consumidores, oferta, àqueles com maior poder aquisitivo, serviços que o Estado ou a família não dão conta de prover – quanto ao primeiro, talvez por falta de recursos, prioridade ou vontade

política; no caso do segundo, seja por falta de tempo, vontade, habilidade ou espaço físico. Caso não haja recursos para contratar serviços no mercado, cabe à família cuidar do seu idoso ou idosa, uma vez que o Estado pouco oferece nessa área. Dentro da família, em geral cabe à mulher o papel de cuidadora tanto das crianças, agora cada vez em menor número, quanto dos idosos, proporcionalmente mais numerosos e que vivem cada vez mais.

Dessa forma, as modificações que vem ocorrendo na estrutura populacional, tornam-se não só um processo biológico, mas também social, a velhice trás consigo a diminuição das potencialidades e a exclusão, por isso deve ser encarada pelas autoridades como uma expressão da questão social relevante, que necessita da efetivação de políticas públicas na garantia de um envelhecimento digno a toda a população. É diante dessa situação que surgem as leis voltadas ao segmento idoso que em princípio vem garantir os direitos no âmbito da saúde, educação, habitação, transporte, assistência e previdência de forma igualitária e sem preconceito.

Segundo os dados do IBGE (2012), a população idosa apresenta particularidades importantes de serem analisadas, como: a feminização do envelhecimento, observa-se que as mulheres são maioria na população idosa representando 55,7%, segundo *Luís Bassets* (2012), existem hoje 84 homens para cada 100 mulheres com mais de 60 anos, e 61 idosos para cada 100 idosas com mais de 80 anos; a quantidade de idosos morando sozinhos, apresentando 14,4% enquanto 30,7% moram com os filhos; fonte de renda: 76,8% recebe algum benefício da previdência social; o nível de escolaridade: 24,8% dos idosos são analfabetos, praticamente  $\frac{1}{4}$  do total nessa faixa etária; a etnia: a maioria é formada por brancos, equivalente a 55%; o local de habitação: 84,1% dos idosos prevalece nas áreas urbanas; a proporção por região: norte 7,9%; nordeste 11,5%; sudeste 13,3%; sul 13,1% e centro-oeste 10,0%.

Atualmente, o que se percebe é que a sociedade e o Estado ainda não encontraram meios de atender prontamente as demandas específicas e urgentes dessa parcela da população. As medidas a serem tomadas no sentido de reverter essa situação devem ser potencializadas, e as formas de conscientização e capacitação da sociedade no que se refere à velhice, assim como ao processo de envelhecimento devem estar direcionadas principalmente aos próprios idosos, pois estes, conscientes de seus direitos e preparados para exercer sua cidadania, podem reivindicar, pressionar e articular de forma mais efetiva.

Sabemos que, num determinado momento – trabalhamos com a definição da Política Nacional do Idoso do Estatuto do Idoso de 60 anos e mais – a idade traz vulnerabilidade, não sabemos quando ela começa, mas sabemos que é diferenciada por grupos sociais, cor, sexo. É um grupo caracterizado por uma proporção elevada de pessoas com maior mortalidade por

doenças crônicas e degenerativas, com mudanças na aparência física, perda de papéis sociais. A aposentadoria não deixa de ser uma perda de papel social, ao lado do aparecimento de outros papéis, como ser avô, a perda de autonomia nas atividades da vida diária. Isso faz, então, com que essa população seja considerada dependente, acarretando custos elevados ao Estado para sustentá-la. Assim, observa-se na literatura, em várias das políticas e documentos, que há um temor de que o Estado não possa sustentá-la. O grande desafio é pensar que o envelhecimento foi o resultado de políticas sociais de melhorias de condições de vida e de desejo da população. Se as políticas não continuarem, se não se investir, seu sucesso pode trazer a sua própria falência.

Estão cadastrados no Cadastro Único mais de 4 milhões de pessoas idosas, que pertencem a 3,5 milhões de famílias. Considerando a população idosa do país que abrange mais de 21 milhões de pessoas idosas, o número de pessoas idosas cadastrados no Cadastro Único corresponde a 20,6% da população idosa brasileira (PNAD 2008).

No Programa Bolsa Família (PBF) estão cadastradas 824.512 pessoas idosas que representam 3,84% da população idosa do país (PNAD, 2008). 44,8% da população idosa do PBF são do sexo masculino e 55,2% são do sexo feminino. Esta quantidade maior de mulheres idosas é explicada pela sobremortalidade masculina atribuída a uma maior exposição do homem a riscos como o consumo de cigarro, álcool, situações de violência, stress no trabalho, etc. gerando uma expectativa de vida maior para mulheres, que em 2010 era de 3,34 anos a mais que os homens, segundo o IBGE (2010), tornando as mulheres mais longevas.

A maior parte das pessoas idosas do PBF reside em áreas urbanas (71, 1%), sendo que as regiões norte e nordeste são as que têm mais pessoas idosas do PBF residindo em áreas rurais: 34,2% e 36,2%, respectivamente. A PNAD de 2011 indica que há maior concentração desse grupo nas áreas urbanas, com 84,1% residindo nas cidades e 15,9% em áreas rurais (IBGE, 2010).

Possivelmente, esta característica explique uma quantidade menor de homens idosos entre os beneficiários do PBF do que mulheres, seja Batista et al (2009) observaram a partir dos dados da PNAD de 2005 que no meio rural há uma quantidade maior de idosos, enquanto no meio urbano esta proporção se inverte, há mais idosas. As autoras afirmam que essa diferença do local de moradia é importante para o planejamento das políticas públicas, pois no meio urbano há uma facilidade maior de acesso a serviços, como os de saúde, em relação ao meio rural. Já nas áreas metropolitanas, apesar de uma ampla oferta de serviços, há uma complexidade maior no acesso, por exemplo, na disponibilidade de transporte, que leva muitas

vezes a um maior isolamento da pessoa idosa dado a cultura de abandono e ao preconceito em ser velho.

Quanto ao estado civil, a maioria das pessoas idosas do PBF é casada (41,7%) ou solteira (32%), sendo que apenas 12,5% são viúvo (a)s, cuja maioria está na região Sudeste (18,1%). Já entre os solteiros, a maioria está no Norte (45,3%) e os casados no Sul (20,5%).

Quanto ao número de pessoas com deficiência na família, 9,2% das famílias destas pessoas idosas inclui uma pessoa com deficiência. A deficiência física é o tipo de deficiência com maior índice entre as famílias das pessoas idosas do PBF com o percentual de 1,7% no país. Segundo os dados do Censo 2010 (IBGE, 2010), 23,9% da população brasileira declararam ter alguma deficiência, correspondendo a 45,6 milhões de pessoas. A deficiência mental permanente atinge 2,8 milhões de brasileiros, sendo a deficiência severa de maior percentual na população.

Ao comparar a deficiência ou incapacidade pelos grandes grupos de idade, os dados do Censo 2010 indicam que 67,2% das pessoas idosas declararam ter algum tipo de deficiência ou incapacidade, percentual bastante elevado quando comparado ao grupo de 0 a 14 anos, 7,5%, e ao grupo de 15 a 64 anos, 24,9%. O Censo mostra ainda que as pessoas com deficiência concentram-se mais nas áreas rurais e nas regiões Norte e Nordeste e têm o nível de escolaridade menor em relação ao restante da população. Camarano (2004) aponta ainda que a quantidade de pessoas idosas institucionalizadas que têm alguma deficiência física ou mental é maior que as pessoas idosas que não estão em abrigos.

Quanto à escolaridade, 42,8% das pessoas idosas do PBF são analfabetos, sendo que região Nordeste este número aumenta para 48,4% e na região Sul diminui para 31,9%. Entre os que estudaram, 37% não concluíram a 4ª série do ensino fundamental, sendo considerados analfabetos funcionais por terem menos de quatro anos de estudo. Estes dados sugerem uma situação semelhante à do restante da população idosa do país, pois, de acordo com os dados do IBGE (2000), 35,2% do grupo de pessoas idosas no Brasil responsáveis por domicílio não sabem nem ler e nem escrever, sendo que 54,4% não têm três anos de estudo, ou seja, são analfabetos funcionais. Os baixos índices refletem as políticas educacionais das décadas passadas, anos 30 e 40, em que o acesso às escolas era restrito, principalmente, para as mulheres. A tabela a seguir mostra o percentual de escolaridade por região do país entre as pessoas idosas do Programa Bolsa Família.

A família de pessoas idosas do PBF é composta por uma média de 4,2 pessoas, sendo que 45,4% das pessoas idosas são responsáveis legais pela família e 25,7% são esposo ou esposa deste responsável. Os dados da PNAD 2008 revelam que 22% dos domicílios brasileiros

têm a pessoa idosa como a pessoa de referência e 11% são cônjuges dessa pessoa de referência com idade também acima de 60 anos.

Os dados revelam ainda que, quando a pessoa idosa mora com a família, esta é composta por uma média de 3,2 componentes. A partir dos dados da PNAD 2005, Batista et al (2009) apontam que 12,9% dos idosos vivem só, 87,1% vivem com a família, sendo que do total de famílias brasileiras, 26% possuem idosos entre seus componentes e 74% não possuem. Os dados trabalhados pelas autoras indicam ainda que a presença de idosos nas famílias gera uma renda média maior que nas famílias que não têm idosos, indicando a presença do idoso como um elemento de fortalecimento econômico da unidade familiar.

Entre as famílias do PBF, 43,3% dos idosos não trabalham e 27,5% são aposentados ou pensionistas. A média de renda dos idosos aposentados é de R\$ 402,72. Sendo que, em média, 3,44 pessoas vivem da aposentadoria deste idoso. Destaca-se ainda que 16,9% das pessoas idosas da região Nordeste são trabalhadores rurais, enquanto que o número das pessoas idosas de outras regiões que trabalham com esta atividade é menor (13,7% na região norte, 4,7% Sudeste, 5,3% Sul e 5,1% Centro-Oeste).

Com base nos estudos de Marina Silva et. ali. (2012) constata-se que as idosas<sup>25</sup>, em sua grande maioria, são as responsáveis pela chefia familiar. Ainda, através das falas relatadas em sua pesquisa, pôde-se perceber que o Bolsa Família, para alguns idosos, é a única fonte de renda, da qual eles tiram o sustento de toda sua família; porém, o baixo valor do benefício é sempre questionado pelos entrevistados, tendo em vista que o valor repassado varia de vinte e dois reais à cento e oitenta reais, sendo que esse valor também muda de acordo com o número de filhos, em idade escolar, dentre outros fatores. Há aqueles, para os quais, o Bolsa Família representa tudo. Outros, porém, destacam que não houve mudanças significativas em suas vidas, devido ao baixo valor que é repassado, diante das inúmeras contas que se tem que pagar com o valor auferido. Percebe-se, contudo, o aumento do poder de compra, uma vez que, segundo os beneficiários, eles podem comprar a crédito que depois terão o dinheiro para quitar a dívida.

Acerca da percepção social das idosas usuárias do Bolsa-Família de São Gonçalo dos Campos é que a presente pesquisa se constituiu, centralmente buscando identificar os rebati-

---

<sup>25</sup> Wajnman (2001) aborda que as mulheres sempre tiveram mais desvantagens que os homens no mercado de trabalho, exercendo ocupações mais ligadas aos serviços em geral, as quais são geralmente mais mal remuneradas e menos protegidas pela legislação trabalhista. Além disso, as mulheres acumulam responsabilidades domésticas decorrentes do casamento e da maternidade, sendo pois as que tendem a experimentar as condições ocupacionais e salariais mais precárias, sobretudo quando estas ocupam a posição de chefia de suas famílias e quando chegam à velhice não são amparadas pelo sistema previdenciário que é excludente, levando em consideração o caráter contributivo.



mentos do Bolsa-Família na vida das mulheres idosas. No tópico a seguir, será apresentado o percurso da pesquisa, seu universo, seus desafios e os principais resultados relacionados às concepções destas mulheres sobre o programa.

#### 4 A PESQUISA: BREVE APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.

Este capítulo apresenta os caminhos metodológicos escolhidos para a elaboração da pesquisa e seus principais resultados. A pesquisa foi realizada em setembro de 2013 buscando conhecer os possíveis rebatimentos do Programa Bolsa Família na vida das mulheres idosas em São Gonçalo dos Campos – BA.

A seção 4.1 trata do percurso metodológico- os desdobramentos da metodologia e as técnicas adotadas que permitiram aprofundar e compreender a percepção dos beneficiárias com relação ao Programa Bolsa Família. As tendências detectadas nessa fase foram, posteriormente, confirmadas e dimensionadas em sondagem realizada por questionários semiestruturados que consolidaram a percepção das mulheres idosas acerca do PBF.

Na seção 4.2 é apresentada a caracterização do município de São Gonçalo dos Campos – BA, contendo uma síntese histórica do município com a elucidação de alguns dados sócio demográficos relacionados à Cidade.

Por fim, na seção 4.3, está delineada a pesquisa de campo no âmbito do SUAS, possibilitando conhecer sobre o universo pesquisado. Neste campo estão contemplados os dados da pesquisa e as reflexões teórico-metodológicas que subsidiaram uma breve análise no que tange à temática.

#### 4.1 O Percurso metodológico;

A postura metodológica para o desenvolvimento desse estudo orientou-se a partir de sucessivas aproximações com a realidade socioeconômica no município de São Gonçalo dos Campos, de modo a permitir uma articulação capaz de superar a aparência e desvendar a essência dos fenômenos objeto de estudo. Segundo, (Lakatos & Marconi, 1991) a pesquisa constitui-se de um processo investigativo e procura compreender os fenômenos ou problemas naturais, econômicos, políticos e sociais, visando à sua superação, além de proporcionar a produção de novos conhecimentos para o bem-estar do homem.

Assim, afirma Marconi & Lakatos (2007),

a pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e /ou conhecimento acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queria comprovar, ou ainda descobrir novos fenômenos ou as relações entre elas. (pg.83)

Assim, de acordo com a natureza da pesquisa, deve-se determinar técnicas que serão empregadas na coleta de dados e na determinação da amostra, que deverá ser representativa e suficiente para apoiar as conclusões. Contudo, vale ressaltar a diferença entre técnica e método de pesquisa. Segundo Gil (2007) pode-se definir método como o caminho para se chegar a determinado fim. E, método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento. Ou seja, método consiste no conjunto de diversas etapas que devem ser realizadas na pesquisa.

E a técnica segundo Marconi & Lakatos (2007) é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática. Esta, por sua vez é a aplicação do plano metodológico e a forma especial para sua execução. Logo, método e técnica têm uma íntima relação, uma vez que, os objetos de investigação determinam o tipo de métodos a ser empregado e, as técnicas são os meios corretos de se executar as operações de interesses e pertinências da pesquisa.

A metodologia utilizada neste trabalho de pesquisa possui a função de nortear o caminho e explicar as ações que foram executadas no estudo, as quais tornam possível a realização da pesquisa.

Portanto, segundo Minayo (2006) a metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade).

Todavia, antes mesmo de ser escolhida a técnica dessa pesquisa foi necessária a busca de materiais que contribuíssem, desde a delimitação do tema até o tipo de perguntas elaboradas nas entrevistas. E para tal conclusão foi preciso leituras de livros, revistas, artigos, assim como a busca de reportagens, enfim houve o contato com o máximo de material possível para dar suporte teórico a esse trabalho. E, de acordo com Marconi e Lakatos (2007), esse método é considerado pesquisa bibliográfica, uma vez que consideram ser a abrangência de toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações.

Outro importante instrumento utilizado nesse percurso foi a pesquisa documental que segundo Gil (2007) a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Neste sentido, utilizei da pesquisa documental para analisar o relatório informações do MDS (2013), referente as famílias cadastradas no BF e no Cadastro Único cedido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social da cidade de São Gonçalo dos Campos. Neste relatório sintético sobre as Famílias, contem o número total de famílias cadastradas no PBF no município totalizando quatro mil trezentas e vinte e uma (4.321) no mês de setembro de 2013, destas cinquenta e quatro (54) famílias tem como titular o idoso. Sendo que no universo dos idosos beneficiários do BF cinco(5) tem como titular homens e quarenta e nove (49) mulheres. Segundo a Secretária de Desenvolvimento Econômico e Social, o município tem 20.577 pessoas cadastradas no Cadúnico do total de 33.228 habitantes (IBGE, 2010), o que demonstram que grande parcela da população são consideradas de baixa renda. Este relatório é atual, é do ano de 2013.

Vale ressaltar, que estes idosos estão distribuídos pelo território no município, nas diversas localidades, a grande maioria esta situada comunidade periféricas, distante do Centro o que dificultou demasiadamente a aplicação de um maior números de questionários. Outra questão, foi que a filtragem realizada no sistema informacional do Cadastro Único em São Gonçalo dos campos disponibilizou apenas endereço, bairro, idade e nome do titular beneficiária do BF, o que se configurou como insuficientes para identificar os entrevistados tendo em vista que as pessoas costumam se conhecer principalmente através de apelidos, fato este que

atrapalhou a identificação de um maior percentual de entrevistados. É válido destacar também que entre os dados obtidos referente a quantidade de idosas no município, sete(7) beneficiárias a idade não correspondia ao público alvo da pesquisa.

Nessa perspectiva, outra ferramenta utilizada no decorrer da pesquisa foi a entrevista, que segundo (MARCONI; LAKATOS, 2003). é um procedimento utilizado na investigação social, onde duas pessoas se encontram, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional objetivando do entrevistado informações sobre determinado assunto ou problema..

Este estudo é de natureza qualitativa cuja técnica selecionada foi a entrevista com a aplicação de um roteiro semiestruturado, informativo e de múltipla escolha, composto por perguntas abertas e fechadas direcionado às famílias beneficiárias idosas PB visando um conhecimento mais aprofundado da realidade dessas usuárias no município. As falas provenientes das questões abertas foram analisadas à luz da técnica de análise de conteúdo. Minayo (2004) citada por Miranda (2009) complementa: a análise de conteúdo [...] visa ultrapassar o nível de senso comum e do subjetivismo na interpretação de um determinado objeto e alcançar uma vigilância crítica frente à comunicação de documentos, textos literários, biografias, entrevistas ou observações. Ela exige que se tenha conhecimento das suas variadas técnicas ou modelos, como, por exemplo: o modelo de comunicação instrumental, que atribui importância ao contexto e às circunstâncias aos quais a mensagem é veiculada, colocando em segundo plano o imediatamente expresso por ela; e o representacional, que considera como fundamentais as palavras da mensagem, por elas conterem elementos indicativos, viabilizadores da análise do pesquisador. (SETÚBAL, 1999).

Entretanto, na pesquisa qualitativa foram utilizados os dois procedimentos de coleta de dados, para atingir os objetivos propostos, o qual foi feito um recorte, selecionado por acessibilidade, a partir dos dados coletados no Cadastro Único<sup>26</sup> referente às mulheres idosas beneficiárias do PBF. Contudo, devido a pequena quantidade de questionários aplicados, a tabulação dos resultados foi feita de forma manual e os resultados obtidos demonstrado através de porcentagem em tabelas. Em relação as perguntas abertas foi feita analise critica para melhor entendimento das questões levantadas.

---

<sup>26</sup> O Cadastro Único dos programas sociais do Governo Federal foi criado pelo Decreto n.3.877, de 24 de julho de 2001, tornando-se obrigatório em setembro de 2001. Já passou por várias modificações, na busca de seu aperfeiçoamento e efetivo uso por parte dos três níveis de governo na condução dos programas sociais. É um instrumento de coleta de dados junto a famílias com renda *per capita* familiar mensal de até meio salário mínimo, destinado a avaliação e planejamento das ações sociais de todos os níveis de governo. Silva( 2008,p.50)

Assim, para aplicação do roteiro, foram realizadas visitas às residências das beneficiárias Idosas. Pode-se observar durante a coleta dos dados houve um certo “um receio” por parte de algumas beneficiárias em responderem as questões pois tinham medo que seu benefício fosse cancelado. Portanto mesmo diante das diversas limitações (transporte, acesso, identificação das usuárias, erros de dados), foram realizadas 12 (doze) entrevistas semiestruturadas com idosas beneficiárias PBF na cidade de São Gonçalo dos Campos. Os instrumentos de pesquisa foram aplicados no mês de setembro.

#### 4.2 Caracterização do município de São Gonçalo dos Campos – BA

São Gonçalo dos Campos, localizado no interior da Bahia, atualmente na região Metropolitana de Feira de Santana( RMFS), surge do aparecimento de uma imagem do Santo São Gonçalo, numa área denominada Campos de Cachoeira, no início do século XVIII. Nesse local se formou um arraial de Jesuítas e Nativos a partir da construção de uma Capela intitulada de São Gonçalo do Amarante. Assim, São Gonçalo dos Campos pertenceu a Cachoeira até 28 de Julho de 1884, data de sua emancipação política.

São Gonçalo dos Campos<sup>27</sup> foi local de visita de várias pessoas influentes do Brasil desde D. Pedro II a Juracy Magalhães, Juscelino Kubitschek, Getúlio Vargas entre outros. Por possuir o título de Suíça Baiana, Cidade Jardim, pelo seu clima fresco e agradável, foi o local mais recomendado para cura de doenças, passeios e repouso de pessoas ricas vindas da capital baiana (Salvador) e de outros lugares do Brasil. Até meados do século XX, a economia gira entorno da cultura fumageira, que era a atividade mais relevante da época. Segundo relatos, o Social passa a ser pensado em decorrência das vulnerabilidades dos trabalhadoras (mulheres) inseridas no trato com a fumicultura.

Atualmente, o município tem como principais fontes de renda a pecuária, a plantação de fumo, a agricultura e a avicultura, tornando-se um novo polo regional. São Gonçalo também é considerado ‘Cidade Jardim’, banhada pelo Rio Jacuípe. Possui como principais pon-

---

<sup>27</sup> Segundo dados do (IBGE, 2008) São Gonçalo dos Campos foi criado com os territórios das freguesias de São Gonçalo dos Campos da Cachoeira e de Nossa Senhora do Resgate das Umburanas, desmembrados de Cachoeira por Lei Provincial de 28 de julho de 1884, chamando-se então São Gonçalo dos Campos. Em 1931, teve o nome simplificado para São Gonçalo, mas em 1943, retomou a denominação atual. A sede, criada freguesia com a denominação de São Gonçalo dos Campos da Cachoeira, foi elevada em 1689 à categoria de cidade por Lei Estadual de 25 de junho de 1895. Com uma população de 30.401 habitantes.

tos turísticos a Igreja Matriz com mais de 300 anos, a Fonte da Gameleira, a fábrica de charutos cubanos artesanais Menendez Amerino<sup>28</sup>, os belos jardins e a festa do padroeiro, realizada anualmente no mês de janeiro. Compõe, ainda, a Região Metropolitana de Feira de Santana, maior cidade do interior da Bahia.

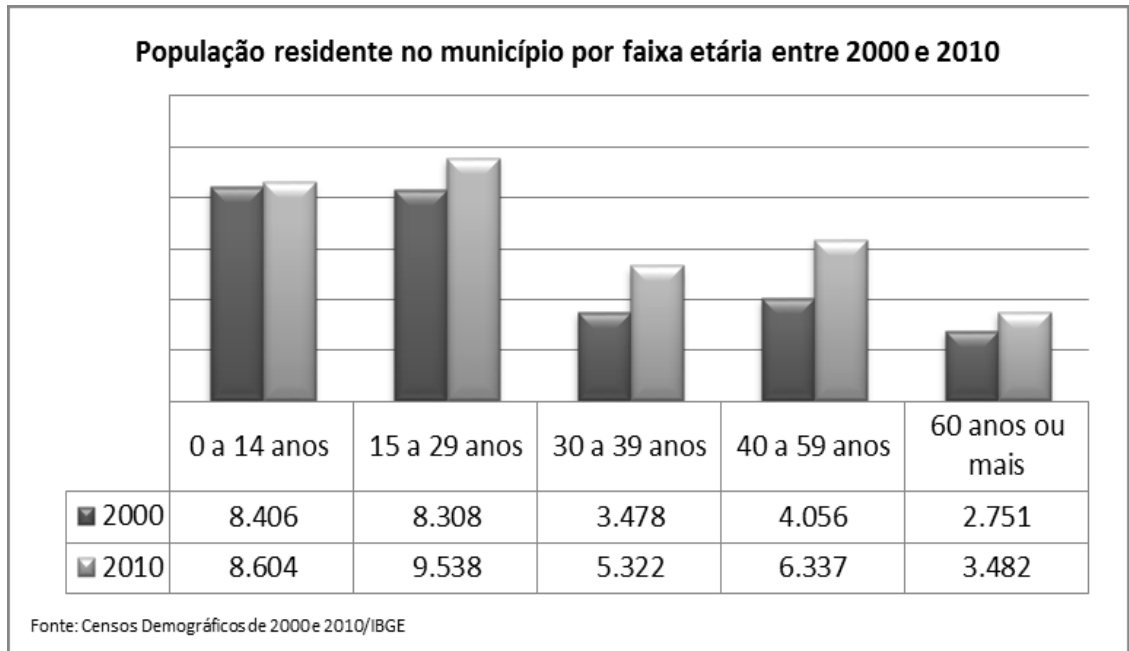
Segundo, dos dados (IBGE, 2010), a população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 2,12% ao ano, passando de 26.978 para 33.283 habitantes. Essa taxa foi superior àquela registrada no Estado, que ficou em 0,70% ao ano, e superior a cifra de 1,08% ao ano da Região Nordeste. A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que, em termos anuais, cresceu 2,4% em média. Em 2000, este grupo representava 10,2% da população, já em 2010 detinha 10,5% do total da população municipal.

Em relação à população residente em São Gonçalo dos Campos, o Censo demográfico do IBGE (2000 a 2010), traz na figura 01, um comparativo do segmento etário no município.

---

<sup>28</sup> A empresa Menendez & Amerino, esta instalada em São Gonçalo dos Campos, é maior fabricante de charutos do Brasil detendo 70% do mercado nacional. Atualmente a renda do município também está voltada diretamente a avicultura tornando-se um novo polo regional com a Perdigão S/A e a Gujão Alimentos. O município de São Gonçalo dos Campos faz parte do Polo Avícola da Bahia que engloba vários municípios da Região do Recôncavo Baiano em que se destaca a cidade vizinha Conceição da Feira que é considerada a Capital do Frango.

Figura 1 - População residente em São Gonçalo dos Campos.

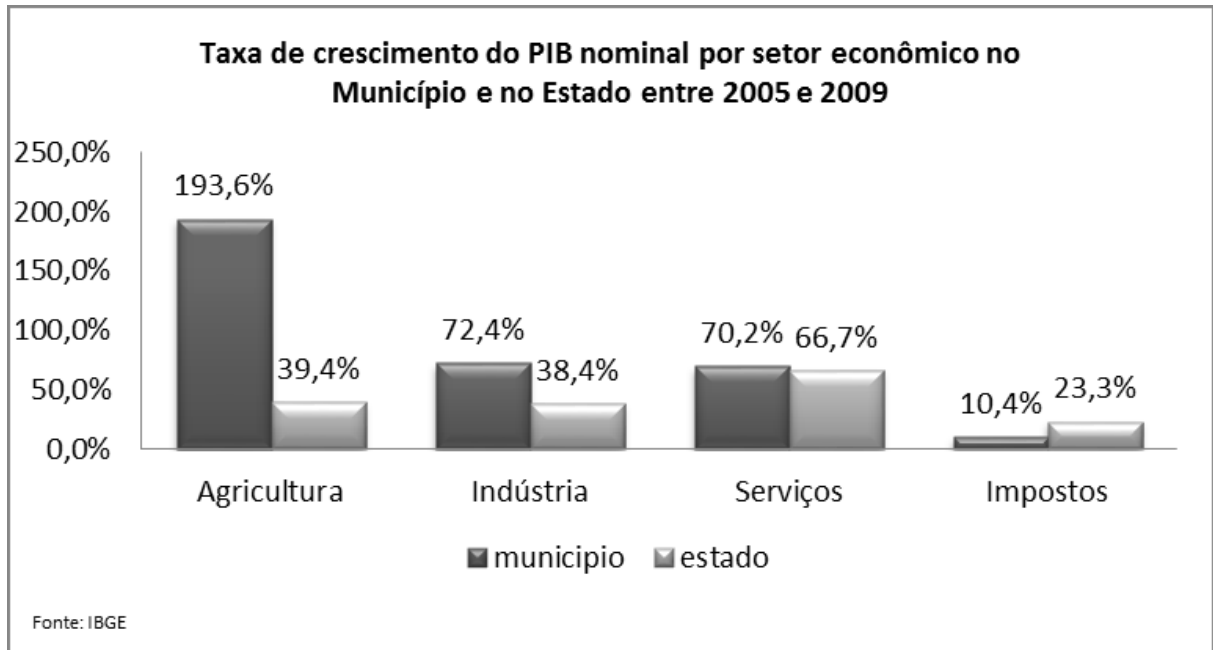


Desse modo, é perceptível que a população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 2,95% ao ano), passando de 15.842 habitantes em 2000 para 21.197 em 2010. Em 2010, este grupo representava 63,7% da população do município. Assim, este significativo aumento da população ativa e da longevidade no município, demonstram a necessidade de políticas públicas mais efetivas e maiores investimento nas políticas trabalho, emprego e renda, saúde, educação, assistência social e habitação, direcionadas a toda população.

Contudo, é inegável que na última década, houve um expressivo crescimento na estrutura econômica no município, como demonstra os dados do IBGE( 2005 e 2009) na figura abaixo, sobretudo no setor da avicultura, tornou se o principal empregador com a implantação do polo regional da Avipal S/A e a Gujão Alimentos em São Gonçalo dos Campos

Figura 2 - Setor econômico

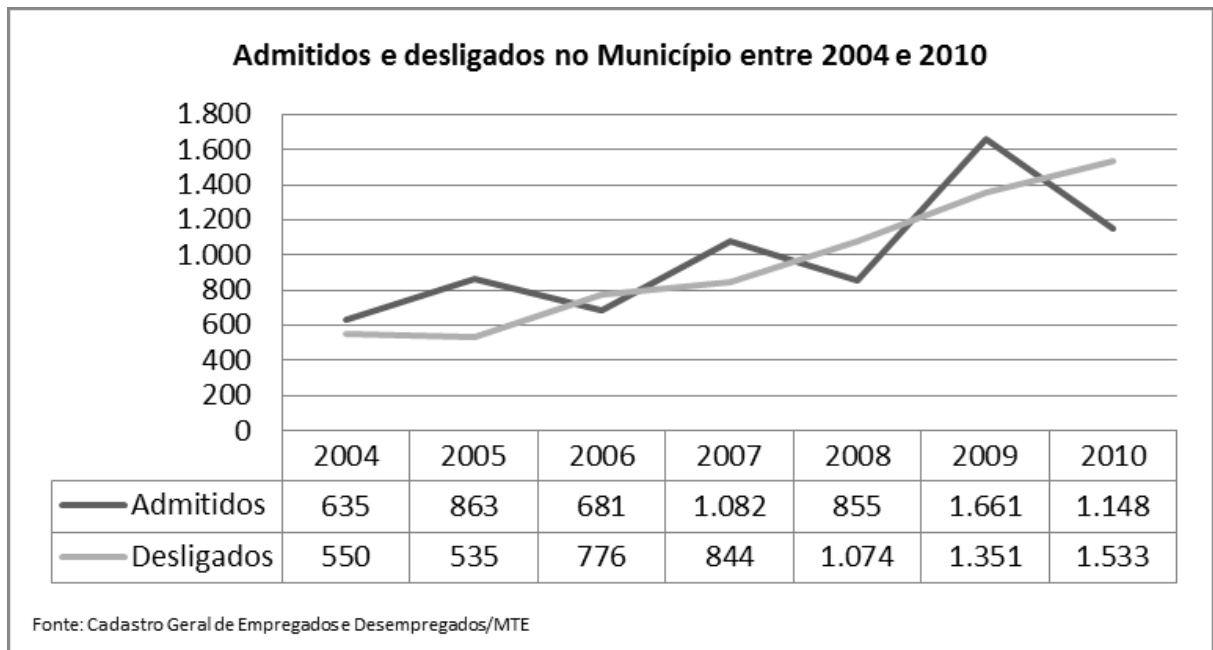




Diante do exposto, a estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, o qual responde por 45,1% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 35,3% em 2009 contra 35,5% em 2005. No mesmo sentido ao verificado no Estado, em que a participação industrial decresceu de 35,5% em 2005 para 25,4% em 2009.

Levando em consideração o mercado de trabalho formal no município, percebe-se através dos dados do IBGE, nos últimos quatro anos houve saldos positivos na geração de novas ocupações entre 2004 e 2010, pois o número de vagas criadas neste período foi de 426. No último ano as admissões registraram 1.148 contratações contra 1.533 demissões. Assim, esses dados são relevantes, pois mostram um reflexo do desemprego e de uma população jovem no município.

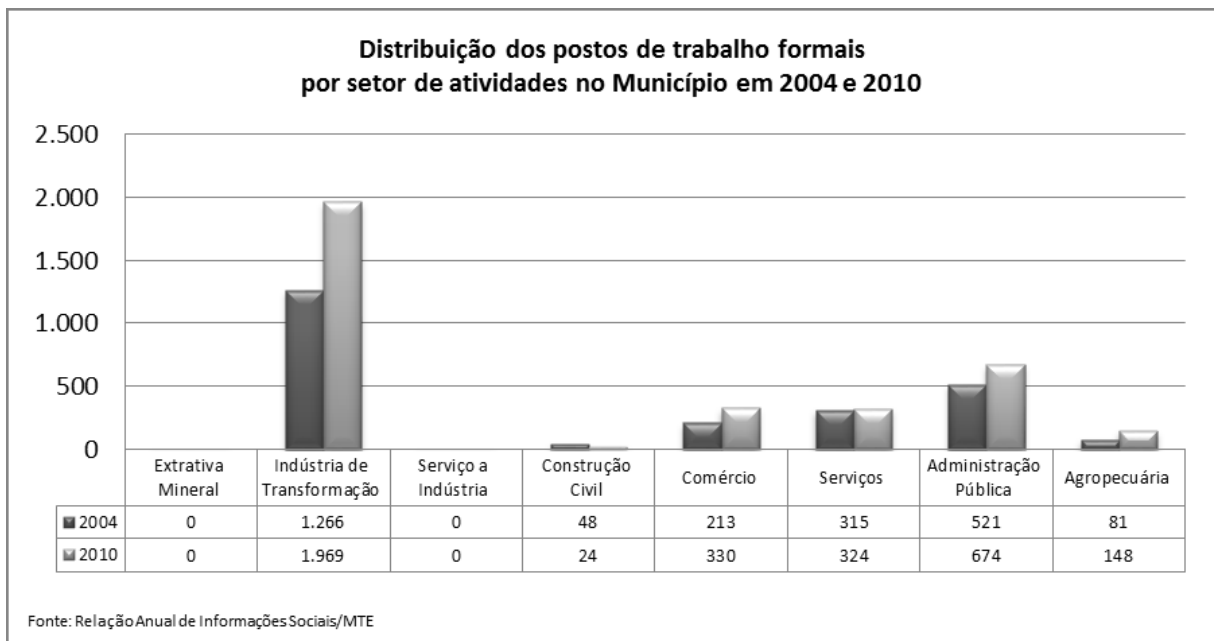
Figura 3 - :Mercado de trabalho



Todavia, dados do Ministério do Trabalho e Emprego, sobre o mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 3.469 postos, 41,9% a mais em relação a 2004. Logo, o desempenho do município ficou abaixo da média verificada para o Estado, que cresceu 46,7% no mesmo período.

Cabe ressaltar, segundo (IBGE,2010) que a Indústria de Transformação foi o setor com maior volume de empregos formais, com 1.969 postos de trabalho, seguido pelo setor de Administração Pública com 674 postos em 2010. Somados, estes dois setores representavam 76,2% do total dos empregos formais do município.

Figura 4 - Postos de Trabalho

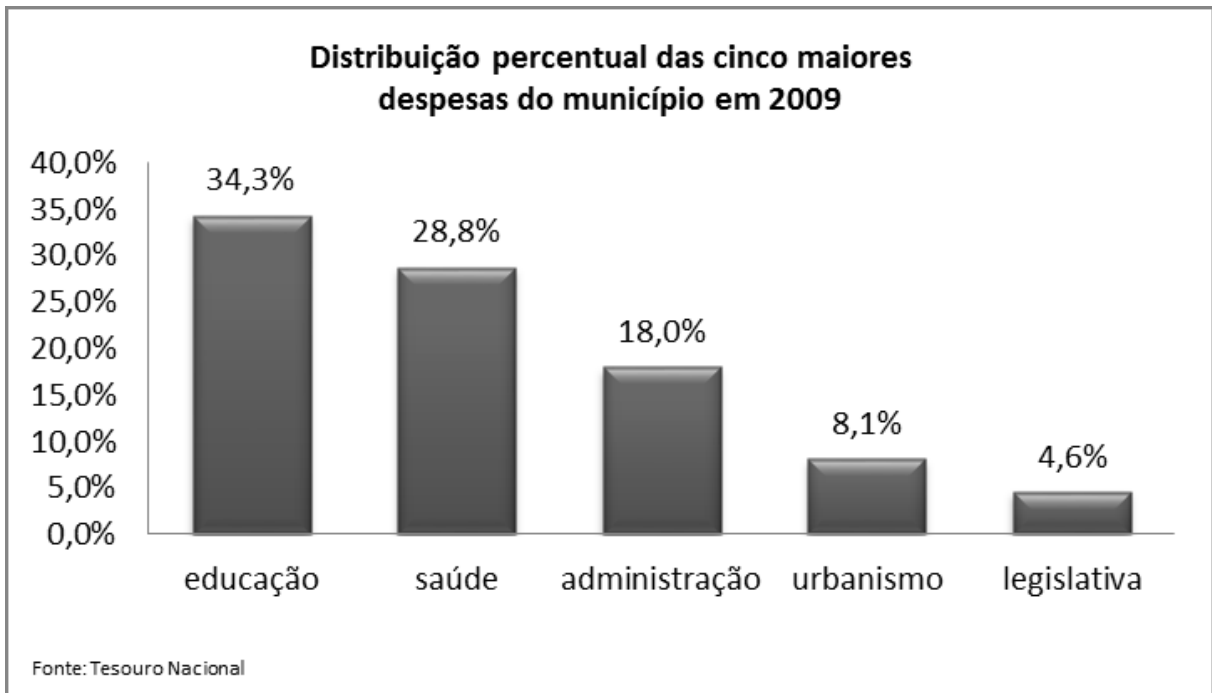


Assim, os setores que mais aumentaram a participação entre 2004 e 2010 na estrutura do emprego formal do município foram Indústria de Transformação (de 51,80% em 2004 para 56,76% em 2010) e Agropecuária (de 3,31% para 4,27%). A que mais perdeu participação foi Serviços de 12,89% para 9,34%.

Em relação as finanças públicas, ou seja a receita orçamentária municipal, dados do IBGE, demonstram que no período de 2005 a 2009 o montante destinado ao município passou de R\$ 15,3 milhões para R\$ 26,3 milhões, o que retrata uma alta de 71,9% no período ou 14,50% ao ano. Já a proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de 3,86% em 2005 para 8,40% em

A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) diminuiu no município, passando de 43,18% da receita orçamentária em 2005 para 40,61% em 2009. Essa dependência foi superior àquela registrada para todos os municípios do Estado, que ficou em 28,20% em 2009.

Figura 5 - Despesas Municipais



Assim, a figura supracitada, demonstra que as despesas com educação, saúde, administração, urbanismo e legislativa foram responsáveis por 93,78% das despesas municipais em 2009. Em assistência social, as despesas alcançaram 0,58% do orçamento total, dado abaixo do percentual e 5% do estabelecido pela conferências

Portanto, os dados sócio demográficos, revelam que mesmo diante da expansão da Política de Assistência Social na atual conjuntura, em especial dos programas de transferência de renda condicionada (PBF), assistência social não é prioridade investimento, dito não somente âmbito municipal, em contrapartida há uma crescente massa de vulnerabilizados que demandam serviços, programas, projetos de qualidades para que possa ter a possibilidade de romper com o ciclo geracional da pobreza.

Entendo que os Programas de Transferência de Renda, ao serem implementados de modo descentralizado, incluindo no seu desenho a necessidade de avaliação, de controle social e de articulação de uma transferência monetária com outros programas sociais e com a Política Econômica, podem gerar uma nova institucionalidade, capaz de maximizar resultados e impactos na Política Social brasileira. Porém, para efetivação desses pressupostos, torna-se necessária o funcionamento de uma rede de serviços sociais, suficiente e adequada para atender às necessidades básicas dos beneficiários dos Programas; uma administração municipal, técnica e materialmente, capaz de assumir suas atribuições e uma sociedade civil organizada e

atuante para desempenhar suas atribuições de controle social das Políticas Públicas, o que entendo serem estas conquistas ainda a serem alcançadas

#### 4.3 A pesquisa de campo no âmbito do SUAS Conhecendo os rebatimentos do PBF na vida das mulheres idosas usuárias de São Gonçalo dos Campos – BA.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um sistema público, que organiza de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil para implementação da Política Nacional de Assistência Social, com um modelo de gestão participativa entre os três entes federados para a execução e o financiamento das ações organizadas no âmbito desta política pública..

A construção do SUAS está expresso no princípio constitucional do direito socioassistencial como proteção de seguridade social, regulado pelo Estado como seu dever e direito de todo cidadão, exigindo que se tenha como ponto de partida, unidade de concepção quanto ao âmbito e conteúdo da política social sobre o paradigma do direito e da cidadania.

Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Sistema é composto pelo poder público e sociedade civil, que participam diretamente do processo de gestão compartilhada. Em julho de 2010, 99,7% dos municípios brasileiros já estavam habilitados em um dos níveis de gestão do Suas. Do mesmo modo, todos os Estados, comprometidos com a implantação de sistemas locais e regionais de assistência social e com sua adequação aos modelos de gestão e cofinanciamento propostos, assinaram pactos de aperfeiçoamento do Sistema. Brasil(2013).

No que tange no município de São Gonçalo dos Campos, a organização dos serviços da Assistência Social, foram incorporados a partir da criação Lei Municipal nº 434/97, de 22 de maio de 1997 e posteriormente com a sanção da Lei nº 499/2001, de 05 de setembro de 2001 “Cria a Secretaria de Assistência Social e institui emenda às Leis 342/86 e 494/2001 que dispõe sobre a organização Administrativa do Município e dá outras providências”. A partir da exigência da Política Nacional de Assistência Social que cria-se o Centro de Referência da Assistência Social que segundo o gestor “confirmando o Compromisso da Administração Pública Municipal com as modernas políticas de investimento comunitário”.

Este município é habilitado pelo SUAS, sendo estimado no pequeno porte tipo II, no nível básico de atenção. O Suas organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social. A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos.

Assim, em São Gonçalo dos campos, o CRAS destina-se a atender as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação de renda e de acesso a serviços públicos, e que se encontre com vínculos afetivos frágeis relacionais ou de pertencimento social como (discriminação por questões familiares inseridos no Programa Bolsa Família(PBF), auxiliando no cumprimento das condicionalidades, bem como o cidadão que possua o Benefício de Prestação Continuada(BPC) possibilitando o acesso a outros direitos e serviços visando melhoramento das condições de vida das famílias a ele referenciado. A instituição é responsável pela oferta de serviços do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e atende preferencialmente as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, conforme aponta o SUAS, é o principal programa financiado pelo governo federal, desenvolvido pela instituição.

A proteção social especial- CREAS no município trata do atendimento assistencial destinada às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e ou psíquicos, abuso sexual, cumprimento de medidas socioeducativas. Vale salientar, que os serviços de proteção especial estão subdivididos em Proteção Social de Média Complexidade e Proteção Social de Alta Complexidade. Todavia os serviços de média complexidade são oferecidos pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), para famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas que ainda não romperam seus vínculos requer maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e individualizada, e/ ou de acompanhamento sistemático e monitorado.

É importante salientar a rede socioassistencial, é composta pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social a qual esta inserida o Posto de atendimento do PBF, Centro de Referência da Assistência Social- CRAS, Centro Especializado da Assistência Social- CREAS, Conselho Tutelar, Secretarias ( Saúde, Educação, Agricultura e Esporte, Cultura e lazer; Balção de Justiça, Delegacia, Ministério Público, ONGs, Centro Atendimento Psicossocial- Caps., Postos de Saúde da Família, Hospital Municipal, Núcleo de Apoio a Saúde da Fa-

mília- NASF, Casa dos Conselhos( de Assistência Social, Criança e adolescentes, de Idosos, Saúde e Educação). Entretanto, uma grande dificuldade de articular os serviços com algumas instituições devido a falta de conhecimento . Para tanto, faz-se necessário fortalecer da rede socioassistencial, no intuito de melhorar o atendimento à comunidade sangonçalense, que se encontra em situação de vulnerabilidade e risco social.

È sabido, que a política de assistência social é atravessada por uma gama de demandas devido à pobreza e a desigualdade que assolam o país e, principalmente, os municípios mais pobres. A recente criação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS é um avanço no sentido de melhorar o atendimento e o acesso de serviços para a população, mas ainda insuficiente diante da imensa demanda e dos problemas oriundos da política econômica.

Portanto, torna-se imprescindível uma maior comunicação entre a rede socioassistencial e os diversos atores municipais para que entendam a abrangência do SUAS e lutem pela emancipação efetiva. Vale salientar, que os Governantes devem fomentar subsídios para acabar com a pobreza, mas deve haver um esforço coletivo para a superação da mesma.

Contudo, em relação ao PBF dados nacionais revelam que o Programa Bolsa Família, em dezembro de 2009, já abrangia os 5.563 municípios brasileiros e o distrito Federal, atendendo cerca de 12.370.915 famílias pobres e extremamente pobres, dispondo de um orçamento de pelo menos R\$10,9 bilhões para o ano de referencia. Sem lugar de dúvidas, essas cifras revelam que o programa em termos quantitativos, dispõe de uma cobertura capaz de atender uma boa parte das famílias pobres do país.( Silva e Lima, 2010, p.40).

Segundo dados MDS (2006 a 2009) referente ao perfil das beneficiárias do PBF, do total de domicílios beneficiados, em 2009 a maioria concentrava – se na região Nordeste(50,1%). Contudo no Estado da Bahia, há quatrocentos e dezessetes(417) municípios atendidos pelo bolsa família, totalizando um milhão, quinhentos e noventa e dois mil, setecentos e oitenta duas famílias beneficiarias.

Entretanto, no que tange a população idosa, o Bolsa Família, tem assegurado também uma renda para aqueles indivíduos que não consegue se enquadrar nos critérios de elegibilidade para a concessão do BPC e para aqueles que apesar de possuírem outra fonte de renda, como a aposentadoria, encontram – se em situação de pobreza, de acordo com a definição do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), e dessa forma potenciais beneficiários do PBF.

De acordo com o levantamento de dados realizado junto a Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Município de São Gonçalo dos Campos em relação aos beneficiários do Programa Bolsa Família, de acordo com o MDS( folha de pagamento do mês

de setembro de 2013), o município de São Gonçalo possui quatro mil e trezentas e vinte e uma (4.321) famílias atendidas pelo programa, sendo desse total cinquenta( 55) famílias eram idosos. Em termos percentuais, é possível observar que na cidade de São Gonçalo dos Campos a quantidade de idosos beneficiários não chega a corresponder a 5%. Esses números revelam que a pessoa idosa não corresponde a um público potencial do Bolsa Família, haja vista há a existência de outros programas de transferências de renda , como o Benefício de Prestação Continuada, que atendem mais especificamente este segmento.

Em consonância com os dados acima, o presente item tem como foco principal conhecer o perfil socioeconômico e analisar os resultados da pesquisa de campo realizadas com as mulheres idosas beneficiárias do PBF na cidade supracitada, cujo o provedor é a pessoa idosa. Para tanto, será levado em consideração o perfil das beneficiárias idosas quanto a idade, cor/raça, escolaridade, estado civil, número de filhos, renda familiar, número de pessoas que moram na casa, e posteriormente a análise de conteúdo proveniente das questões abertas vinculadas às seguintes questões em especial: a melhora nas condições da família após receber o PB; a vida antes do PBF e a opinião sobre o PBF. A seguir, serão expressos os principais gráficos com as respectivas descrições e análises:

Quadro 1 - Faixa etária

Idade	Porcentagem
60 a 65 anos	91,7%
65 a 70 anos	8,3%
70 a 75 anos	00%
75 a 80 anos	00%
Acima de 80 anos	00%
	00%

Fonte: Pesquisa Direta.

Da amostragem dos dados coletados pode-se inferir que a idade das idosas beneficiárias de São Gonçalo dos Campos varia entre 60 a 65 anos. É válido destacar, que o Bolsa família de modo geral tem assegurado uma renda a população idosa, que não consegue se en-



quadrar nos critérios exigidos para a concessão do BPC e para aqueles que, apesar de possuírem outra fonte de renda, como aposentadoria, pensão encontram – se em situação de extrema pobreza/ e ou pobreza, de acordo com os critérios determinados pelo Ministério de desenvolvimento Social e econômico e Combate a Fome (MDS), e por serem chefes da família realidade esta confirmada no município.

No entanto, o fato dos idosos receberem o benefício se dá especialmente por duas questões: O bolsa família é fruto do processo e unificação de vários benefícios anteriores e pelo aumento dos idosos cuidadores de seus netos. Corroborando com esta ideia explica o autor Marina Silva (2012) apud Suárez (2007)

O Fato das tias e, principalmente, avós assumirem o cuidado de crianças que não seus filhos biológicos é percebido às vezes como ilegítimo ou até mesmo ilegal por muitos agentes governamentais atuantes na gestão do Programa, cujo argumento é que as mulheres fazem isso para obter o benefício. Desconsiderando ou ignorando a importância social dessa cumplicidade entre mulheres e a legitimidade cultural da maternagem, muitos deles não conseguem perceber que é justamente o contrario, no sentido de que não cuidam de crianças para obter o Bolsa Família, mas procuram obter esse benefício para cuidar de crianças, especialmente quando se encontram em situação de risco.(pg.51).

Entretanto, estudos recentes como da Fundação Perseu Abramo ( 2007), revelam que no concerne a chefia familiar 71% idosas são responsáveis por sua gerência. Assim, é notório a contribuição da população idosa para o cuidado financeiro e psicológico da chefia familiar para com os seus, no qual muitas vezes, tem nos programas de transferência de renda uma possibilidade de assegurar o mínimo de sobrevivência.

Quadro 2 - Escolaridade das Idosas

Escolaridade	Porcentagem
Analfabeto	41,7%
Até 4 anos estudo	58,3%
De 4 a 8 anos de estudo	00%
De 8 a 12 anos de estudo	00%
Acima de 12 anos de estudo	00%
3º grau completo	00%

Fonte: Pesquisa Direta.

No que tange ao nível de escolaridade, (Tabela 2), percebe-se que 41,7% das entrevistadas informaram que não foram alfabetizadas, devido as difíceis condições de vida e na época o ensino era privado; 58,3 % foram alfabetizadas ( algumas apenas assinam o próprio nome). Contudo, dados nacionais demonstram que houve um aumento significativo no percentual de idosos alfabetizados no país, os quais anunciam que 64,8% sabem ler e escrever, tendência essa não foi possível observar na cidade estudada.

Quadro 3 - Raça/Cor

Raça	Porcentagem
Negra	83,3%
Branca	00%
Parda	16,7%
Indígena	00%
Amarela	00%
	00%

Fonte: Pesquisa Direta.

Quanto a variável cor/raça das idosas entrevistadas 83,3% declaram-se negras, e 16,7% parda. Dados municipais do Censo do IBGE 2010 revelam que do total da população em extrema pobreza do município, 188 (5,2%) se classificaram como brancos e 3.419 (94,5%) como negros. Dentre estes últimos, 1.668 (46,1%) se declararam pretos e 1.751 (48,4%) pardos. Outras 12 pessoas (0,3%) se declararam amarelos ou indígenas. Já no âmbito nacional dados revelam que, entre a população idosa, 51% declara-se de cor branca, 31% pardos e 12% da cor preta<sup>29</sup>. Assim neste caso, é perceptível uma nítida aproximação com os índices municipais e nacionais, levando em consideração que a maioria dos beneficiários do Bolsa Família é composta por pessoas que se declaram negras ou morenas.

---

<sup>29</sup> Dados disponíveis em: <http://www2.fpa.org.br/o-que-fazemos/pesquisas-de-opinião-publica/pesquisas-realizadas/1-perfil-socio-demografico-dos-idoso>.

Quadro 4 - Estado Civil

Estado Civil	Porcentagem
Solteira	8,3%
Casada	50%
Viúva	16,7%
Divorciada	41%
Outros	00%
	00%

Fonte: Pesquisa Direta.

No que se refere ao estado civil a (Tabela 04), os dados revelam que entre as idosas entrevistadas em São Gonçalo dos Campos, metade 50% declaram-se casadas, 41% divorciadas, 16,7% viúvas e 8,3% solteiras.

Quadro 5 - Números de pessoas que residem com as idosas

Quantos residem ao todo	Porcentagem
Uma pessoa	00%
Duas pessoas	8,3%
Três pessoas	8,3%
Quatro pessoas	33,3%
Cinco ou mais pessoas	50%

Fonte: Pesquisa Direta.

Em relação à composição familiar das beneficiárias, constatou-se que a quantidade de membros familiares que residem com as idosas, cabe destacar: netos, bisnetos filhos, genros/noras, entre outros, possuem na maioria das vezes escolarização e ocupação profissional similar aos dos idosas. Sem falar que é comum a representação de famílias numerosas, com significativo número de filhos e de outros membros. Os dados nacionais referente a população

idosas brasileira<sup>30</sup> demonstram que, em termos de composição familiar, ( 54%) da população vive com um filho ou filha, (51%) com cônjuge e 1/3- (30%) residem com netos ou neta. Contudo, há uma diferença de gênero, pois entre os homens 71% moram com a parceira, 51% com filho/ a e 24% com neto/a. Entre as idosas, 57% residem com os filho/ a, apenas 36% vivem com os parceiros e 36% com neto/a. Nessa direção percebe-se que a realidade de São Gonçalo não se diferencia da brasileira.

Todavia, os dados coletados no município referente à composição familiar das idosas beneficiárias PBF descritos na (TABELA 05) revelam que metade das entrevistadas (50%) convivem com mais de cinco(5) membros familiares, (33,4%) residem com quatro(4) pessoas e (8,3%) residem com uma ou duas pessoas. Vale salientar, que a composição familiar representa o elemento- chave para que a família possa ser beneficiária do PBF, uma vez que no momento do calculo da renda per capita avalia-se o total de indivíduos que residem na casa e a renda mensal de cada um. De acordo com Silva e Lima (2010, pg. 45) “(...) um primeiro indicador que merece consideração é o número médio de pessoas por domicilio sendo este, no conjunto do Brasil, no ano de 2009, correspondente a 3,97 pessoas.” Assim, os dados demonstram que há mudança na constituição das famílias, devido às diversas configurações e modelos familiares na atual conjuntura.

#### Quadro 6 - Média de Filhos pelas idosas

Filhos	Porcentagem
Um filho	00%
Até três filhos	00%
Até seis filhos	59,3%
Mais de oito filhos	41,7%

Fonte: Pesquisa Direta.

<sup>30</sup> Dados disponíveis em: <http://www2.fpa.org.br/o-que-fazemos/pesquisas-de-opinião-publica/pesquisas-realizadas/1-perfil-socio-demografico-dos-idoso>.

No que concerne ao número de filhos, dados revelam ( Tabela 06), a maioria das idosas(59,3%) tem até seis filhos e 41,7% tem mais de oito filhos.

Quadro 7 - Renda total da familiar

Renda Familiar	Porcentagem
Até um salário	25%
De um a dois salários	75%
Até três salários	00%
Acima de cinco salários	00%

Fonte: Pesquisa Direta

No que tange a renda mensal familiar, que envolve todas as pessoas que residem sob o mesmo teto que as idosas entrevistadas, os dados revelam que 25% vivem com até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo e 75% varia de um a dois salários mínimos. Contudo estes são um dado preocupante, pois muitas dessas famílias possuem como única fonte de renda “fixa” mensal, somente o valor do benefício do PB encontrando em situação de pobreza. Outra questão para ser destacada é que essas idosas chegam a velhice sem um mínimo de proteção social tal como a aposentadoria e que apesar da presença de alguns membros da família trabalharem, a renda dessa família não chega a ultrapassar dois salários mínimos, o que revela precárias condições de trabalho, qualificação e acesso tanto para o idoso quanto para os seus.

Segundo o Censo Demográfico de 2000, o número de idosos chefes de família cresceu de 60,4% para 62,4% do total de pessoas com 60 anos ou mais de idade, no período de 1991–2000. O rendimento dessas pessoas aumentou 63%, contra 42% no caso dos rendimentos de todos os chefes de família. Na área rural, a participação da renda do idoso ganhou maior importância: enquanto todos os chefes da família na área rural perceberam um aumento de renda de cerca de 53%, na renda dos idosos esta variação foi de 76,8%, boa parte devida ao sistema previdenciário que estende o acesso à aposentadoria rural a partir do início dos anos 90 (através da universalização dos benefícios previdenciários rurais, definida na Constituição de 1988) (IBGE, 2002).

Assim a importância que tem a renda dos idosos, principais beneficiários do sistema de previdência brasileiro, uma vez que esta impacta sobre a renda per capita da sua família e, portanto, sobre o grau de pobreza desta família. Quando a renda média dos idosos ultrapassa a

renda familiar per capita, a sua contribuição pode determinar uma melhora da renda familiar e o resgate para fora da condição de família em situação pobreza. Neste sentido, o empobrecimento das famílias tem levado a população idosa a responsabilidade do sustento de seus familiares.

Com relação a análise dos dados das questões abertas, pode –se observar que ao perguntar acerca das mudanças relacionadas às condições de vida no âmbito familiar após recebimento do bolsa família, todas responderam sim, pois segundo as mesmas;

“Porque ajuda na manutenção da vida, e na comprar de utensílios para sobreviver.”

“ porque ajuda na alimentação.”

“Pois ajuda a pagar as contas, sendo que as outras pessoas que mora aqui não trabalham.”

“Porque acrescenta na renda, e esse é a única renda certa que agente possui.”

“Pois ajuda nas despesas mensais, em tudo.”

“Porque minha fia, tem mês que não tem nenhuma renda, e o bolsa família é a renda que posso contar.”

Assim é notório a importância do PBF para este segmento, pois mesmo de forma imediata, o programa proporciona condições e a liberdade na aplicação do dinheiro recebido que contribui na alimentação, no material escolar, pagamento das contas e outras despesas importantes para as famílias mas os mesmos continua na situação de pobreza. Cabe lembrar que um dos objetivos do Bolsa Família é garantir uma segurança alimentar e nutricional aos beneficiários, contudo não foi possível afirmar que esteja ocorrendo, sobretudo quando se trata de idosas, que além das despesas com alimentação, tem outras despesas a exemplo o gasto com medicamentos e ainda com membros no núcleo familiar.

Quando questionadas acerca de como eram as suas vidas antes do PBF, duas disseram que era boa, pois ainda conseguiam trabalhar mesmo que não fosse de carteira assinada e dez das entrevistadas disseram que era difícil, triste segundo elas porque:

“As vezes não tinha nem o que comer, muito difícil.”

“Passava por tanta dificuldade para se alimentar.”

“Muita apertada, difícil, passava por muita privação, trabalhava na roça e não tinha renda, naquele tempo tudo era difícil.”

“Era mais difícil.”

Nesse sentido, os programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa família tem assegurado um mínimo de proteção social a essas famílias, através da transferência de renda e do acesso a uma rede de serviços básicos, muitas das vezes inexistente, contribuindo de alguma forma, apesar dos limites, para o acesso direto a direitos sociais básicos.

Segundo Silva e Lima (2010), o funcionamento do programa bolsa família está atrelado a três dimensões: alívio imediato da pobreza, por meio da transferência de renda às famílias mais pobres; a articulação de programas a ações para as famílias; e a ruptura do ciclo da pobreza, que passa de geração a geração, por meios do reforço aos direitos sociais básicos. Contudo, em relação a ruptura do ciclo da pobreza, não foi perceptível observar um significativo avanço, tendo em vista que a grande maioria das idosas entrevistadas são as responsáveis por prover o sustento de toda a família, e de seus dependentes que não tem trabalho fixo, renda, perpetuando-se assim o chamado ciclo da pobreza geracional.

Quando as idosas foram questionadas acerca da opinião sobre o programa bolsa família, todas responderam de forma positiva (bom, ótimo e maravilhoso), pode-se perceber através de seus relatos;

“Bom, pois ajuda as pessoas necessitadas.”

“Acho um programa ótimo, pois consegue dar uma renda para as pessoas necessitadas.”

“Bom, pois é uma grande ajuda para pessoas necessitadas.”

“Ótimo, pois ajuda os quem precisa.”

“Um programa maravilhoso, pois ajuda as pessoas que não tem condição.”

Logo, nota-se, o significado positivo do PB na vida das beneficiárias, que mesmo apesar todas as limitações vem contribuindo para redução da desigualdade social. Nessa direção, Silva e Lima(2010)

São considerados, no caso brasileiro, como causas responsáveis pela melhoria social na diminuição consistente da pobreza e da desigualdade, uma combinação de fatores, com destaque á continuidade da estabilidade monetária, a maior expansão econômica e o reforço das políticas públicas, elevação real do salário mínimo, ampliação do crédito popular e reformulação e ampliação dos programas de transferência de renda aos extratos de menor rendimento.(p.92)

Embora as conquistas no que tange a redução da pobreza, os programas de transferências de renda ainda não suficientes para retirar as famílias da pobreza, percebe-se que há um



combate a fome e não a pobreza em si. Apesar das fragilidades a pesquisa realizada em São Gonçalo dos Campos demonstra a importância do PBF para o sustento apertado da idosa, pois para a maioria aparece como única fonte de renda fixa, por possuírem aposentadoria e ainda não se encaixam nos critérios para receber o BPC. Contudo, o baixo valor repassado compromete, uma qualidade de vida digna na velhice, que requer maiores cuidados e investimento em políticas públicas para melhorar sua condição de vida.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os mecanismos de proteção social na atual conjuntura, faz-se mister destacar a relevância da adoção dos programas de transferência de renda, a exemplo do Programa Bolsa Família que visa garantir uma renda mínima associada ao objetivo de viabilizar o acesso à cidadania através da participação dos indivíduos nas atividades econômicas e sociais.

A política de transferência de renda no Brasil assumiu um significativo reconhecimento em âmbito nacional e internacional, principalmente por meio do Programa Bolsa Família, em razão do impacto social na vida dos mais pobres, por proporcionar um investimento monetário no capital humano. O programa tem por finalidade a erradicação da pobreza, a partir da redução da desigualdade social e do combate a Fome e se constitui como principal política de enfrentamento da pobreza que assola uma parte significativa da população brasileira.

Nessa direção, a pesquisa de campo desenvolvida nesse estudo buscou conhecer e analisar através da realização de entrevistas os rebatimentos do Programa Bolsa Família na vida das mulheres idosas em São Gonçalo dos Campos. Contudo, apesar das entrevistas aplicadas junto às idosas na cidade supracitada, não permitir uma generalização devido à pequena quantidade de pessoas que participaram do estudo, os dados coletados estão em sintonia com muitos estudos representativos, que tem comprovado mudanças positivas em suas vidas e de suas famílias, tais como: a melhoria nas condições de vida das beneficiárias que investem na compra de alimentos, remédios, vestimentas, e investem também em melhoria nas condições de moradia. Sua relevância se fez também, no sentido de compreender melhor quais desafios de uma velhice sem acesso ao seguro social, concebendo a assistência social uma das formas de assegurar uma renda para aliviar a fome e promover a sobrevivência no âmbito familiar.

No caso da pesquisa realizada, o aspecto inovador foi o fato de se trabalhar apenas com pessoas idosas, isto é, aquelas cuja idade fosse superior a 60 anos e perceber que algumas idosas, mesmo tendo acesso a uma renda fixa através da aposentadoria, não estão livres pobreza /fome e diante disso constituem – se em beneficiárias potenciais do Programa Bolsa Família. Outra questão que deve ser levada para a reflexão é que além de se encontrarem em situação de pobreza/miséria as idosas necessariamente contribuem e muitas vezes assumem as despesas da casa, netos e filhos.

Através da análise dos dados, percebeu-se que a grande maioria das entrevistadas reside em domicílios próprios, porém estes não apresentam uma estrutura muito adequada para moradia, devido as precárias condições de infraestrutura. Além disso, essas famílias residem

em bairros considerados “periféricos” e na zona rural, fator este que dificultou a realização de um maior número de entrevistas.

Segundo as idosas beneficiárias, o programa é significativamente bom, mesmo com as condicionalidades impostas. Todavia, percebe-se que todas as idosas classificaram o Bolsa Família como uma “ajuda” e não como direito, reforçando ainda a cultura do assistencialmente ainda tão impregnada na sociedade.

Os resultados do estudo realizado em São Gonçalo dos Campos, revelam semelhança na condição social dos idosos em situação de pobreza a de nível nacional, visto que os mesmos apresentam baixa escolaridade e renda, residem em domicílios precários e, apesar de tantos entraves utilizam sua renda para o sustento da família pondo em xeque a afirmativa de que as idosas são apenas dependentes de cuidados de seus familiares.

È valido salientar que o programa em questão têm assegurado, de certa forma, aos beneficiários e suas famílias uma alimentação mais adequada mas os mesmos continuam em situação de pobreza, o qual tem implicado num alívio imediato de sua condição. Contudo, existe um longo caminho a trilhar para que de fato haja redução da pobreza e melhoria da condição social de vida dos idosos encontrados em situação de vulnerabilidade. Portanto, faz-se necessário neste caso específico um programa de caráter universal, visto que o Bolsa Família, em relação ao repasse orçamentário ainda cobre pequeníssima parcela dessa população.

Entretanto, apesar das fragilidades no que tange a efetivação da assistência social enquanto política pública, é inquestionável a importância dos programas de transferência de renda para o alívio da fome, sobretudo em se tratando de pessoas idosas que não tiveram acesso ao mercado de trabalho formal e que se encontram na velhice desamparadas. Nesse sentido, cabe a assistência social garantir a esse segmento, como previsto na Constituição, suas necessidades básicas, contribuindo para a redução da desigualdade social no Brasil.

## 6 REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ABNT. NBR 14.7224. Trabalhos acadêmicos.

A Dominação masculina. 5. ed. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BATISTA, A. S. et al. Os idosos em situação de dependência e a proteção social no Brasil. (Texto para discussão n.º 1402). Série Seguridade Social. Brasília: Ipea, 2009.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Política Social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez 2006.

BRASIL. Lei nº 10. 836 de 09 de Janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providencias. Disponível em:<<http://www.desenvolvimentosocial rp.gov.br>>. Acesso em: 18 de maio de 2013.

BRASIL. Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Estabelece a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil. Brasília, 1993.

BOURDIEU, P. Razões práticas: sobre a teoria da ação. 8. ed. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Marina M.. Política Social: fundamentos e história. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca básica de serviço social; v.2)

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. LOAS Lei Orgânica de Assistência Social . Brasília, [s.d].2013.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Boletim Panorama Municipal. São Gonçalo dos Campos – BA, 2013.

CRENSHAW, K. Documento Para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. Revista Estudos Feministas, ano 10,172, 1º semestre de 2002.

CAMARANO, A. A. (Org.) Os Novos Idosos Brasileiros: muito além dos 60?. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD\\_CHAVE=274](http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=274) Acesso em: 05/08/13.

CARVALHO, J. M. de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – Brasília, DF: MDS; SAGI, 2007.

DELGADO, M. G. PORTO, L. V.(Org.). O Estado de bem- estar social no Século XXI: São Paulo, LTr, 2007.

DRAIBE, Sônia Miriam. Brasil: o sistema de proteção social e suas transformações recente. Projeto Regional de Reformas de Política Pública. CEPAL / Gobierno de los Países Bajos. Série Reformas de Política Pública, n.º 14, Santiago de Chile, 1993.

ESCOLA Nacional de Saúde Pública. Departamento de Ciências Sociais Fiocruz. Rua Leopoldo Bulhões 1.480/913, Manguinhos. 21045-210 Rio de Janeiro RJ.

FLEURY, Sônia. Assistência na Previdência Social: uma política marginalizada. In *SPOSATI, A. FALCAO, M. C. e FLEURY, S.* Os direitos (dos desassistidos) sociais. SP, Cortez, 1991, p. 43-47.

FALEIROS, V. P. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. In. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília: UnB, CEAD, 2000, Módulo

GIL, Antônio Carlos. “Métodos e técnicas de pesquisa social.” 5.ed. 8. reimpr. p. 110 – 116. São Paulo: Atlas, 2007.

IAMAMOTO M. V. E CARVALHO R. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1982.

YAZBEK, M. C. SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRO: MODELO, DILEMAS E DESAFIOS. Acesso em 20 de maio de 2013.

BATISTA, A. S. et al. Os idosos em situação de dependência e a proteção social no Brasil. (Texto para discussão n.º 1402). Série Seguridade Social. Brasília: Ipea, 2009.

YAZBEK, M. C. SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRO: MODELO, DILEMAS E DESAFIOS. Acesso em 20 de maio de 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Perfil dos municípios brasileiros: assistência social 2009 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

\_\_\_\_\_. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2009. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. N. 26. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2009/indic\\_sociais2009.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2009/indic_sociais2009.pdf) Acesso em: 10/08/13.

\_\_\_\_\_. Projeção da população do Brasil por sexo e idade 1980-2050. Revisão 2008. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica. N. 24. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao\\_da\\_populacao/2008/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/default.shtm) Acesso em: 06/08/13.

\_\_\_\_\_. Perfil dos Idosos Responsáveis por Domicílios no Brasil 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. PNAD 2009 – Primeiras Análises: Distribuição de Renda entre 1995 e 2009. Comunicados do IPEA. N.º 63, outubro de 2010.

JACCOUD L. B. Proteção Social no Brasil: debates e desafios. In Concepção e Gestão da Proteção Social não contributiva no Brasil. Brasília: MDS/UNESCO, 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 6. ed. reimper. São Paulo: Atlas 2007.

MOTA, Ana Elizabete, Seguridade Social Brasileira: Desenvolvimento Histórico e Tendências Recentes, Acesso 03 de julho de 2013.

MACEDO, M. Mulheres Chefes de Família e a Perspectiva de Gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 53, p. 389-404, Maio/Ago. 2008.

MINAYO, M. C. E S.; DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R. \*Pesquisa social: \*teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MIRANDA, V. S. N. \*A conexão da gestão com a Política Nacional de Humanização da saúde: \*Uma experiência desenvolvida no Hospital Municipal Odilon Behrens /Belo Horizonte-MG. 2009. 399f. Tese de Doutorado em Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da ESS/UFRJ, Rio de Janeiro/ RJ, 2009.

MDS. Ministério de Desenvolvimento Social. Lista de municípios habilitados no SUAS. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas/arquivos/Lista%20de%20municipios%20habilitados%20no%20Suas.pdf/view>, acessado em 13 de agosto 2013.

NOB. Norma Operacional Básica da Assistência Social. 1998.

NOB. Norma Operacional Básica da Assistência Social. 2005

OSTERNE, M. do S. F. Família: seu processo de transformação e sua centralidade nas políticas públicas. Fortaleza, 2006.

PEREIRA, Potyara A. P. Pereira. Política Social temas & questões. São Paulo: Cortez, 2008.

POLITICA NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL- PNAS, aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da resolução n. 145, de 15 de outubro de 2004, e publicado no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.

QUALIT@S - Revista Eletrônica - POLÍTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO NEOLIBERAL: focalização e desmonte dos direitos. Acesso 19 de junho de 2013.

ISSN 1677- 4280 – Edição Especial

SILVA e SILVA, Maria Ozanira (Coord.), LIMA, Antônia Jesuíta. O Bolsa Família no enfrentamento á pobreza no Maranhão e Piauí. São Paulo: Cortez, 2008

SILVA e SILVA, Maria Ozanira (Coord.), LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almeida. Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, A. A.. A gestão da seguridade social brasileira entre a política pública e o mercado. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSATI, Al. 1994. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In Concepção e Gestão da Proteção Social não contributiva no Brasil. Brasília: MDS/UNESCO, 2009.

SUÁREZ, M. LIBARDONI, M.. Avaliação de políticas e programas do MDS: resultados: Bolsa Família e Assistência Social./ Ministério do Desenvolvimento Social e

VIEIRA E.. Os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, M. et. ali. Políticas públicas e programas de transferência de renda: o impacto do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família (PBF) na vida dos idosos residentes nas cidades de Cachoeira e São Félix-Ba. Cruz das Almas/BA : UFRB, 2012.

SANTOS, W. G. dos. Cidadania e Justiça – A Política Social na Ordem Brasileira. 3.ªed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria para útil para análise histórica. Recife, SOS Corpo, 1989. (Mimeo).

SARTI, A. Cynthia. Famílias enredadas. ACOSTA, AR.; VITALES, M.A.F. (orgs). Famílias: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2005.

WEISSHEIMER, M. A. Bolsa Família: Avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

WAJNMAN, S. 2001. Envelhecimento, participação laboral feminina e desigualdade de renda no Brasil. CEDEPLAR/UFMG. Texto para discussão n.788. IPEA, Brasília.

WERNECK, J. Iniquidades Raciais em Saúde e Política de Enfrentamento: as experiências do Canadá, Estados Unidos, África do Sul e Reino Unido. In: LOPES, F (org.). Saúde da População Negra no Brasil – Contribuições para a Promoção da Equidade. Brasília: Funasa, 2005. p.315-342.





## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada(o),

Vimos através deste, convidá-la(o) para participar da pesquisa inerente ao Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, intitulado “*Conhecendo o impacto do Programa Bolsa Família na vida das mulheres Idosas no município de São Gonçalo dos Campos - BA.*” O TCC é uma exigência do Curso de Serviço Social do Centro de Artes Humanidades e Letras – CAHL, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

O estudo tem como principal objetivo conhecer e analisar o impacto do Programa Bolsa Família na vida das mulheres Idosas beneficiárias do programa no município de São Gonçalo dos Campos- BA. As informações coletadas tem finalidades acadêmicas, e será utilizadas para a elaboração do TCC.

Para tanto, solicitamos seu consentimento para realizar esta pesquisa que será registrada através da aplicação de um questionário. Fica acordado, que será garantido total anonimato das partes envolvidas no processo de transcrição.

A participação nesta pesquisa é livre, voluntária e sem custos. O usuário tem a liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem nenhuma penalização e sem prejuízo pessoal.

Pelo presente manifesto, expresso concordância e consentimento para participar da pesquisa supracitada e minha participação é formalizada por meio da assinatura deste termo.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

Assinatura do participante \_\_\_\_\_

Nome Completo: \_\_\_\_\_

Assinatura da pesquisadora \_\_\_\_\_

Nome Completo: \_\_\_\_\_

## Roteiro de Entrevista

- 1- Nome \_\_\_\_\_
- 2- Bairro \_\_\_\_\_
- 3- Idade:  
 60 a 65 anos       65 a 70 anos  
 70 a 75 anos       75 a 80 anos       acima de 80 anos.
- 4- Escolaridade.  
 Analfabeto    Até 4 anos de estudo    De 4 a 8 anos de estudo  
 De 8 a 12 anos de estudo    Acima de 12 anos de estudo    3º Grau completo
- 5- Raça/cor.  
 Negra    Branca    Parda    indígena    Amarela
- 6- Estado Civil.  
 Solteira    Casada    Viúva    Divorciada    outros \_\_\_\_\_
- 7- Renda familiar  
 Até um salário mínimo    De 1 a 2 salário mínimo    Até 3 salário mínimo    Acima de 5 salário mínimo
- 8- Quantas pessoas residem em casa?  
 1    2    3    4    5 ou mais.
- 9- Quantos filhos você tem?  
 1filho    Até 3 filhos    Até 6 filhos    Mais de 10 filhos
- 10- Você sentiu alguma melhora nas condições de vida de sua família após receber o benefício do PBF? Se sim, o que melhorou?  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_
- 11- Como era sua vida antes do PBF?  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_
- 11- Qual a sua opinião sobre Programa Bolsa Família ?  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_